Dossiê de Conflitos Contemporâneos

volume 3, número 1, 2022

ISSN 2763-6518

Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES)

jan./jun. 2022

Dossiê de Conflitos Contemporâneos

Volume 3, número 1

ISSN 2763-6518

OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS

Coordenação

Eduardo Mei e Héctor Luis Saint-Pierre

Conselho Editorial

Maria Aparecida Felix Mercadante

Corpo Editorial

Getúlio Alves de Almeida Neto

Laurindo Paulo Ribeiro Tchinhama

Beatrice Daudt Bandeira

Carolina Antunes Condé

Design e Diagramação

Leonardo Rodrigues Taquece e Maria Aparecida Felix Mercadante

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais 'San Tiago Dantas'

(Unesp, Unicamp, PUC-SP)

Site: www.santiagodantas-ppgri.org

E-mail: relinter@unesp.br

GEDES
GRUPO DE ESTUDOS DE DEFESA E SEGURANÇA INTERNACIONAL

OC
Observatório de Conflitos

Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES)

jan./jun. 2022

OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS

O **Dossiê de Conflitos Contemporâneos** é fruto da ideia discutida pelos membros do Observatório de Conflitos do GEDES - Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional da Unesp – como espaço de divulgação da pesquisa realizada pelos pesquisadores do grupo. O Dossiê de Conflitos Contemporâneos atualmente é uma publicação semestral, exclusivamente realizada por mídias digitais, que pretende publicar contribuições de acadêmicos e pesquisadores de conflitos nacionais, transnacionais e internacionais da contemporaneidade. A presente edição refere-se ao período de janeiro a junho de 2022.

O trabalho realizado pelo Observatório de Conflitos tem como objetivo identificar, compreender, contextualizar e categorizar conflitos armados nacionais, transnacionais e internacionais da contemporaneidade, visando divulgar a informação resultante dessas atividades para a comunidade acadêmica e científica e outros setores da sociedade. Por meio da coleta de dados e da produção de análises, o Observatório almeja tornar-se referência de base de dados confiáveis e atualizados sobre conflitos armados nos cinco continentes, para os públicos nacional e internacional.

Facebook: facebook.com/observatoriodeconflitos
Twitter: @oc_gedes
Site: https://gedes-unesp.org/observatoriodeconflitos

SUMÁRIO

EDITORIAL 2

Beatrice Daudt Bandeira e Carolina Condé

GOLPE MILITAR EM MIANMAR E OS CONFLITOS ÉTNICO-RELIGIOSOS
Vitória Totti Salgado 4

INSURGÊNCIA MAOÍSTA NA ÍNDIA 15

Álvaro Anis Amyuni, Laís Santiago Melo e Rafael Golucci

INSURGÊNCIA NO NORDESTE DA ÍNDIA 24

Getúlio Alves de Almeida Neto, João Mateus Rodrigues, Lara Santinelo, Isadora Cordeiro da Silveira, Juliana Haniu, Gabriel Souza Araujo e Giovanna Amaral Vargas

GUERRA NO NOROESTE DO PAQUISTÃO 33

Laurindo Paulo Ribeiro Tchinhama, Beatriz Paiva Fantinel e Heitor Cassiano Senra Neves

BANGLADESH E O ISLAMISMO RADICAL EM MEIO À INSTÁVEL FORMAÇÃO POLÍTICA BENGALESA 42

Maurício Luiz Borges Ramos Dias, Maria Carolina Boaventura Rodrigues e Pedro Bergamin Talarico

DIRETO NO FRONT 49

FORNECIMENTO DE ARMAMENTOS DOS ESTADOS UNIDOS PARA A ARÁBIA SAUDITA E POSSÍVEIS CRIMES HUMANITÁRIOS: UMA ANÁLISE SOBRE A GUERRA NO IÊMEN 49

Beatrice Daudt Bandeira e Heitor Cassiano Senra Neves

ANEXO A – MAPA DE MIANMAR 57

ANEXO B – MAPA DA "ZONA SECA" ("*DRY ZONE*") 58

EDITORIAL

Atento aos debates contemporâneos sobre violências, paz e segurança internacional, o Observatório de Conflitos do GEDES - Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional da Unesp mantém a preocupação de destacar contextos conflitivos e chamar a atenção à existência de grupos sociais, culturais, políticos e grupos armados diversos que são recorrentemente marginalizados no que cunhamos a chamar de Sistema Internacional. Neste sentido, apresentamos no presente Dossiê de Conflitos Contemporâneos, volume 3, número 1, cenários que contribuem para recordarmos de conflitos que não ocupam espaço de destaque nos noticiários, no intuito de reforçar a importância de serem feitas análises que se concentrem em compreender e contextualizar as causas profundas de guerras que ainda nos dias de hoje ocorrem em diferentes regiões do mundo e seus impactos no âmbito econômico, político e humanitário. Com base nas discussões que trazem os textos deste número, convidamos o leitor a se atentar às pluralidades de alguns dos conflitos armados em curso na Ásia, com destaque para o subcontinente indiano, e, em aspecto ainda mais amplo, a perceber as artificialidades impostas pelo colonialismo histórico nesta região.

Este Dossiê conta com seis artigos, cinco deles de autoria de estudantes do curso de graduação em Relações Internacionais da Unesp, produzidos em conjunto com os pesquisadores da pós-graduação do PPGRI San Tiago Dantas que atualmente fazem parte do Observatório de Conflitos. As discussões postas são: Vitória Totti Salgado analisa o histórico político pós-independência de Mianmar, a participação dos militares na política do país e o envolvimento de forças anti-regime. O artigo chama atenção também para os diversos conflitos étnicos-religiosos que o país enfrenta desde a sua independência e os reflexos do golpe militar no desenvolvimento humano e econômico nacional.

Álvaro Anis Amyuni, Laís Santiago Melo e Rafael Golucci abordam a Insurgência Naxalita contra o Estado indiano. Para tal, nota-se uma interpretação sobre a influência político-ideológica maoísta e sua particularidade em termos territorial, cultural e econômico na Índia. Os autores consideram a diversidade étnica, religiosa, cultural e linguística de povos originários e a ascensão de tensões na região como sendo, em parte, condicionadas pela luta *anti-imperialista* resultado da histórica resistência nacional ao domínio colonial britânico, ou seja, o vislumbre sobre o caráter telúrico no conflito e a convicção contra a exploração estrangeira, como bem destacam.

Já Getúlio Alves de Almeida Neto, João Mateus Rodrigues, Lara Santinelo, Isadora Cordeiro da Silveira, Juliana Haniu, Gabriel Souza Araujo e Giovanna Amaral Vargas apresentam um recorte analítico sobre diferentes movimentos insurgentes na região do Nordeste da Índia. Os autores evidenciam o contexto de divergência cultural e religiosa em Nagaland e a atuação do movimento insurgente do Conselho Nacional Naga (NNC), além do movimento separatista na região de Assam, Índia, onde os grupos políticos de interesse são sobretudo a Frente Unida de Libertação de Assam (ULF) e o próprio governo indiano. Na sequência, Maria Carolina Boaventura Rodrigues, Pedro Bergamin Talarico e Maurício Luiz Borges Ramos Dias contribuem para a discussão sobre a formação política de Bangladesh e o envolvimento de organizações e partidos radicais muçulmanos no conflito doméstico.

Os artigos finais que compõem o Dossiê de Conflitos Contemporâneos são dois. O primeiro, de autoria de Beatriz Paiva Fantinel, Heitor Cassiano Senra Neves e Laurindo Paulo Ribeiro Tchinhama aborda as implicações das relações entre Paquistão e Afeganistão para o conflito na região noroeste do Paquistão e em particular o que contribuiu para a inserção política e cultural do grupo extremista Talibã nas regiões tribais paquistanesas. Por fim, Beatrice Daudt Bandeira e Heitor Cassiano Senra Neves apresentam uma análise sobre o conflito no Iêmen em termos de sua configuração política nacional e os reflexos humanitários do apoio logístico e militar norte-americano para a Arábia Saudita na guerra. O artigo contextualiza o conflito e seu reflexo no agravamento da instaurada crise humanitária no país iemenita.

Deste modo, e reconhecendo a subjetividade de cada um destes cenários, entendemos a importância do debate sobre conflitos armados contemporâneos (suas causas e consequências) para que assim seja possível desmistificar o pensamento ainda comum de "naturalização" da violência no chamado Sul global. Uma vez assim feito, outros debates ganham espaço, por exemplo, sobre o reflexo do colonialismo na formação do Estado, a condicionalidade da desigualdade sistêmica para as relações de poder entre os diversos atores políticos, as limitações de mecanismos de construção da paz que são baseados no pensamento liberal e a vulnerabilidade que populações civis testemunham em qualquer contexto de instaurada violência. Valemo-nos, por fim, da diversidade de análise sobre o tema da guerra e procuramos sinalizar para o papel fundamental conferido ao meio acadêmico também nessa discussão.

Beatrice Daudt Bandeira e Carolina Condé
Equipe Editorial

GOLPE MILITAR EM MIANMAR E OS CONFLITOS ÉTNICO-RELIGIOSOS

Vitória Totti Salgado[1]

Fonte: Reuters (2022).

Em 1° de fevereiro de 2021, um golpe militar depôs o governo democrático de Mianmar, liderado por Aung San Suu Kyi desde 2015. O golpe se deu após a vitória esmagadora da Liga Nacional pela Democracia (*National League for Democracy* — NLD) nas eleições gerais de 2020 contra o Partido da Solidariedade e Desenvolvimento da União (*Union Solidarity and Development Party* — USDP), principal partido de oposição e *proxy* dos militares[2]. A oposição afirma que as eleições teriam sido fraudadas, apesar de observadores locais e internacionais[3] afirmarem que não houve grandes irregularidades nas votações (KIPGEN, 2021). A junta militar que promoveu o golpe,

[1] Doutoranda e Mestre em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação 'San Tiago Dantas' (Unesp, Unicamp, PUC-SP). Assistente de Projetos na Escola de Relações Internacionais da Fundação Getulio Vargas (FGV RI). Pesquisadora associada ao Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), ao Observatório de Regionalismo (ODR) e à Rede Internacional de Pesquisa DIPP – *Development, International Politics and Peace*. Contato: vitoria.totti@unesp.br

[2] O USDP foi fundado em 2010 por generais, em meio ao processo de democratização do país, como modo de garantir a participação política legítima dos militares no governo (KIPGEN, 2021).

[3] Um observador internacional foi o Carter Center, sediado nos Estados Unidos e que, segundo Kipgen (2021), enviou 43 observadores para 234 assembleias de voto em 10 estados e 14 regiões em todo o país. No entanto, o Carter Center relatou também que a entrada de observadores foi restringida para apenas três centros onde os votos foram apurados. Além disso, Kipgen (2021) aponta que o sistema eleitoral de Mianmar favorece, direta ou indiretamente, o partido no poder, mas isso não significa que houve fraude nas eleições, apenas que o sistema é imperfeito.

oficialmente denominada de Conselho de Administração do Estado (*State Administration Council* — SAC), colocou o general sênior Min Aung Hlaing no poder, e deteve e acusou a líder Suu Kyi e outras figuras-chave do NLD, que se encontram, até o momento, em prisão domiciliar. Desde o golpe, estima-se que mais de 10.000 opositores políticos tenham sido presos, mais de 1.700 pessoas assassinadas, e cerca de 990 sentenciadas, conforme dados da Associação de Assistência para Prisioneiros Políticos (*Assistant Association for Political Prisoners* — AAPP)[4].

Desde a independência de Mianmar da colonização britânica, em 1948, o país luta contra os regimes militares, os conflitos étnico-religiosos, a má governança e a pobreza generalizada. Após a independência, a União da Birmânia[5] foi governada, por poucos anos, como uma democracia parlamentar, ainda que com consistente influência dos militares. Em 1962, o general Ne Win liderou o golpe militar que o manteve no poder pelos 26 anos seguintes, sob o rótulo de um partido socialista estatal único, o Partido Comunista da Birmânia (*Communist Party of Burma*). O governo militar implementou um Estado unitário e impôs a religião budista como estratégia para unificar a nação multiétnica, o que ocasionou a proliferação de enfrentamentos de diferentes etnias ao Estado (ANWARY, 2020). Neste contexto, o nome do país mudou brevemente para República Socialista da União da Birmânia, de 1974 a 1988.

Em 1988, a deterioração da situação econômica, a corrupção generalizada e a escassez de alimentos levaram a população a protestos em massa, que culminaram na renúncia de Ne Win ao cargo de presidente. Um ano depois, uma junta militar "provisória" assumiu o poder, com a promessa de democratização, e alterou o nome do país para "União de Mianmar", sob o argumento de que o nome "Birmânia" era um vestígio da era colonial que favorecia a maioria étnica birmanesa, e que "Mianmar" era mais inclusivo (MAIZLAND, 2022).

Em 2007, a chamada Revolução Açafrão[6] teve seu estopim devido ao aumento nos preços dos combustíveis, e iniciou uma série de protestos antigovernamentais

[4] A Associação de Assistência para Prisioneiros Políticos é uma organização não-governamental de direitos humanos, fundada em 2000, com sede em Mae Sot, Tailândia e Rangoon, Mianmar (Burma ou Birmânia, na tradução em português). A AAPP defende a libertação de todos os prisioneiros políticos na Birmânia e a melhoria da sua qualidade de vida durante e após o encarceramento. Vide: https://aappb.org/.

[5] O país tornou-se independente do Reino Unido com o nome oficial "União da Birmânia", que seria alterado em 1989 para "União de Mianmar". Após a constituição de 2008, o nome do país mudaria oficialmente para "República da União de Mianmar".

[6] A revolução levou este nome em homenagem às vestes cor de açafrão usadas pelos monges budistas participantes.

generalizados por todo o país. A pressão popular exigia o recuo dos militares do poder, além da melhoria da situação econômica no país. Em decorrência da revolução, a junta militar começou a afrouxar os seus controles de modo a garantir a perenidade das forças armadas no governo de Mianmar, além da tentativa de atrair investimentos estrangeiros. Este movimento impulsionou o estabelecimento de uma nova Constituição, firmada em 2008[7], que garantiu amplos poderes aos militares mesmo sob o regime civil, como o controle sobre a segurança doméstica e a maioria dos aspectos das relações exteriores, além da reserva de assentos no parlamento para militares (MAIZLAND, 2022). A constituição de 2008 prevê ainda continuação da estratégia do Tatmadaw[8] de "milícias populares"[9], presente desde a independência do país, dando aos militares o direito de "administrar a participação de todo o povo na Segurança e Defesa da União" (JOLLIFFE, 2015, p. 22-23, tradução nossa).

A junta militar foi oficialmente dissolvida em 2011, quando foi substituída por um parlamento civil — ainda dominado por militares — por um período de transição democrática, durante o qual o ex-burocrata do exército e primeiro-ministro, Thein Sein, foi nomeado presidente. No ano de 2015, foram realizadas as primeiras eleições gerais no país, com a vitória de Aung San Suu Kyi, figura política de grande envergadura na história de Mianmar. Suu Kyi é filha do herói do processo de independência do país, o general Aung San, e ganhou destaque durante os protestos de 1988, sendo posteriormente detida e passando mais de quinze anos como prisioneira, até a sua libertação em 2010. Em 1991, Suu Kyi foi laureada com o Prêmio Nobel da Paz[10] enquanto ainda estava em prisão domiciliar.

O histórico político pós-independência de Mianmar revela as fragilidades dos breves governos democráticos, devido ao amplo domínio dos militares na política. O processo de transição democrática, iniciado em 2011, havia renovado as esperanças para o desenvolvimento do país que, após o golpe militar mais recente, são novamente rechaçadas. Na prática, a conjuntura política de Mianmar ingressou, em 2021, em um

[7] A Constituição da República da União de Mianmar (2008) entrou em vigor em 2011, após as eleições de 2010.

[8] Nome oficial das forças armadas de Mianmar.

[9] A estratégia de "milícias populares" trata-se da formação de vários tipos de milícias apoiadas pelo Estado, estabelecida a partir de meados da década de 1950. O termo genérico "milícias populares" inclui alguns grupos que foram estabelecidos pelo próprio Estado, além de outros que eram anteriormente grupos étnicos armados ou facções de grupos étnicos armados (JOLLIFFE, 2015). Para mais sobre a formação de milícias em Mianmar, vide: Buchanan (2016).

[10] Aung San Suu Kyi foi laureada com o Prêmio Nobel da Paz por sua luta não-violenta pela democracia e pelos direitos humanos em Mianmar durante o regime militar.

novo capítulo ainda mais violento. Protestos maciços eclodiram em todo o país nas semanas após o golpe militar, e dezenas de milhares de pessoas aderiram ao que originalmente era um movimento pacífico de desobediência civil, recusando-se a trabalhar até que o governo eleito de Suu Kyi voltasse ao poder (MAIZLAND, 2022).

Ademais, políticos depostos da NLD, líderes de protestos e ativistas de vários grupos minoritários estabeleceram um governo paralelo conhecido como Governo de Unidade Nacional (*National Unity Government* — NUG), com o objetivo de reunir os grupos díspares que se opõem à junta militar, promover maior unidade entre os grupos étnicos, criar uma agenda para um Mianmar pós-junta e cultivar o apoio de governos estrangeiros. O NUG é composto pelo Comitê Representativo de Pyidaungsu Hluttaw (*Committee Representing Pyidaungsu Hluttaw* – CRPH), um órgão legislativo birmanês em exílio, composto por parlamentares eleitos em 2020, e que se dedica a desempenhar resolutamente as atividades legislativas necessárias, exigir a libertação incondicional dos detidos pela junta militar, e conduzir as funções regulares do Pyidaungsu Hluttaw[11]. Em setembro de 2021, o NUG declarou guerra à junta e formou uma divisão armada conhecida como Força de Defesa do Povo (*People's Defence Force*). Portanto, a junta militar no poder e o Tatmadaw enfrentam uma oposição generalizada e feroz tanto de organizações armadas étnicas, como do governo paralelo.

Somam-se ao cenário de instabilidade política os diversos conflitos étnicos-religiosos que o país enfrenta desde a sua independência. Mianmar reconhece, oficialmente, mais de 135 grupos étnicos, agrupados arbitrariamente em 8 grandes "raças nacionais", quais sejam kachin, kayah, kayin, chin, bamar, mon, rakhine e dhan (EMBASSY OF MYANMAR, [2022]). Segundo o censo demográfico realizado em 2014, cerca de 68% da população se identifica como bamar ou burman (birmanês, em tradução para o português), 9% shan, 7% karen, 4% rakhine, 3% chineses, 2% indianos, 2% mon, e as demais etnias representam cerca de 5% (CIA, 2022). Quanto à religião, a esmagadora maioria da população segue o budismo (89%), seguido do cristianismo (4%), do islamismo (4%) e do animismo (1%) (WARZONE INITIATIVES, 2015). Percebe-se, com base nos dados apresentados, que a maior parte da população pertence à etnia birmanesa e se identifica com a religião budista. Desde a independência do país e,

[11] A Assembleia da União de Pyidaungsu Hluttaw é a legislatura bicameral *de jure* nacional de Mianmar, estabelecida pela Constituição Nacional de 2008. O Pyidaungsu Hluttaw é composto por duas casas, a Amyotha Hluttaw (Câmara das Nacionalidades), uma câmara alta de 224 cadeiras, e a Pyithu Hluttaw (Câmara dos Representantes), uma câmara baixa de 440 cadeiras.

principalmente, com o estabelecimento do regime militar em 1962, a identidade nacional birmanesa esteve intimamente vinculada com a religião budista.

A composição étnico-religiosa de Mianmar nos ajuda a compreender o cenário de genocídio denunciado pelo Conselho das Nações Unidas para os Direitos Humanos (HUMAN RIGHTS COUNCIL, 2019), pela *Human Rights Watch* e pelo governo dos Estados Unidos (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2022). Na porção oeste do país, no estado de Rakhine, uma minoria étnica muçulmana, que não é reconhecida como cidadã por parte do Estado de Mianmar, é submetida à discriminação e violência sistemática: os rohingya.

Segundo dados de 2015, existem entre 800.000 e 1.100.000 rohingya em Mianmar, 80% dos quais residem no estado de Rakhine, especificamente na porção norte, próximo à fronteira com Bangladesh (ANWARY, 2020). Os rohingya representam cerca de um terço da população de Rakhine que é composta, majoritariamente, por budistas da etnia rakhine ("budistas rakhine"). Além disso, o estado de Rakhine está entre os menos desenvolvidos do país, com um índice de pobreza de 41,6%, em comparação com a média nacional de 24,8%, de acordo com dados de 2017 (WOLRD BANK GROUP, 2019). A pobreza generalizada e falta de oportunidades de emprego exacerbam a clivagem entre os budistas rakhine e os muçulmanos rohingya. Vale ressaltar, ainda, que os rakhine estão entre os grupos étnicos mais marginalizados de Mianmar (ANWARY, 2020), apesar de seguirem a religião budista. Isso porque, desde o período colonial, a maioria dos altos cargos políticos estão nas mãos da elite birmanesa budista (ANWARY, 2020). Percebe-se, portanto, que os conflitos entre as etnias rakhine e rohingya se inserem em um contexto mais amplo de repressão estatal e discriminação étnica, além das patentes dificuldades socioeconômicas.

Em agosto de 2017, o estado de Rakhine sofreu uma escalada de tensões depois que um grupo armado, chamado Exército de Salvação Arakan Rohingya (A*rakan Rohingya Salvation Army* – ARSA), reivindicou a autoria de ataques que resultaram na morte de 12 membros das forças de segurança na fronteira norte do estado. A partir deste episódio, o governo declarou o ARSA uma organização terrorista com agenda jihadista islâmica, e os militares iniciaram as chamadas "operações de liberação" ("*clearance operations*"), que destruíram centenas de aldeias rohingyas e forçaram quase 700.000 rohingyas a deixarem Mianmar (ALBERT; MAIZLAND, 2020). Segundo dados compilados pela organização Médicos Sem Fronteiras, de 25 de agosto a 24 de setembro, ao menos 6.700 rohingya foram mortos, sendo 730 crianças (MSF, 2017). As forças de

segurança de Mianmar também abriram fogo contra civis em fuga e plantaram minas terrestres perto de passagens de fronteira usadas pelos rohingyas para fugir para Bangladesh (ALBERT; MAIZLAND, 2020).

Uma investigação promovida pela Missão Internacional Independente de Apuração dos Fatos em Mianmar (*Independent International Fact-Finding Mission on Myanmar* – IIFFMM), estabelecida pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, concluiu que as circunstâncias e o contexto das "operações de liberação" contra os rohingya indicam forte inferência de intenção genocida ["inference of genocidal intente"] por parte do Estado de Mianmar (HUMAN RIGHTS COUNCIL, 2019, p. 14-15).

O ápice de violência contra os rohingya registrado em 2017 não é, infelizmente, fato isolado. Os rohingya são sistematicamente perseguidos pelo governo desde a independência do Estado de Mianmar. Dois atos legislativos ilustram esta perseguição: a Lei de Imigração de Emergência (*Emergency Immigration Act*), de 1974, e a Lei de Cidadania Birmanesa (*Burmese Citizenship Law*), de 1982. A lei de 1974 exigia que todos os cidadãos portassem um bilhete de identidade, denominado de Certificado de Registo Nacional. Os rohingyas eram inelegíveis para adquirirem este documento, sendo elegíveis apenas para o Cartão de Registro de Estrangeiro, que oferecia direitos limitados, mesmo assim, poucos conseguiram obtê-lo (WARZONE INITIATIVES, 2015). Com a aprovação da Lei de Cidadania, em 1982, a cidadania dos rohingyas foi definitivamente revogada. A lei determinou três níveis de cidadania[12], e os rohingyas foram excluídos de todos eles. O governo justificou esta exclusão alegando que os rohingyas eram, na verdade, imigrantes ilegais de Bangladesh da etnia "bengali" e, por essa razão, não foram incluídos na lista de 135 grupos étnicos oficiais de Mianmar (WARZONE INITIATIVES, 2015). Os rohingya são o maior povo apátrida do mundo, ou seja, não possuem reconhecimento legal por parte de nenhum Estado.

Por vezes, o governo manipula as informações como tentativa de unificar a população birmanesa sob seu desdém pelos rohingya. O conflito étnico em Mianmar não se limita, no entanto, ao povo rohingya. Diversos grupos armados étnicos permanecem

[12] A Lei de Cidadania (1982) criou três níveis de cidadania dentro da Birmânia: (1) cidadãos plenos: birmaneses, membros de grupos indígenas étnicos/linguísticos oficias, aqueles que pudessem provar que eram descendentes da Birmânia antes de 1823; (2) cidadãos associados: aqueles nascidos no país após 1823 e seus descendentes; e (3) cidadãos naturalizados: aqueles que pudessem comprovar que ele ou seus pais entraram e residiam na Birmânia antes da independência de 1948 ou têm um dos pais com um dos três tipos de cidadania (WARZONE INITIATIVE, 2015, p. 12).

em constante enfrentamento com o Estado e entre si e, após o golpe militar de 2021, a tendência é que as tensões entre estes grupos aumentem ainda mais. Em 2015, em meio ao processo de democratização iniciado em 2011, foi assinado um Acordo Nacional de Cessar-Fogo (*National Ceasefire Agreement* – NCA) entre 10 grupos étnicos armados[13] e o Estado de Mianmar. O acordo tinha como objetivo promover a unidade étnica e a legitimidade política destes grupos para garantir a autodeterminação e o gozo de direitos sem discriminação ou desigualdade. No entanto, mesmo antes do golpe militar em 2021, o processo de paz já estava moribundo e as negociações entre os signatários para o estabelecimento de uma federação em Mianmar haviam estagnado.

O golpe de Estado e a subsequente repressão violenta aos protestos pacíficos transformaram o cenário de conflito em Mianmar. Em oposição à junta militar, emergiram novos grupos armados, principalmente nas planícies centrais do país, na chamada "Zona Seca" ("*Dry Zone*")[14]. A ação de grupos armados étnicos em Mianmar é recorrente desde a independência do país, e seus objetivos incluem, normalmente, reivindicações por maior autonomia do governo central. Os novos grupos que emergiram após o golpe de 2021, embora tendam a operar independentemente uns dos outros, são quase todos forças antirregime (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2022a). Ademais, a instabilidade política reacendeu conflitos antigos e colocou fim ao processo de paz iniciado em 2015.

À medida que as forças antigolpe se fortalecem no centro de Mianmar, o Tatmadaw recorre ao emprego de milícias[15], comumente conhecidas como Pyusawhti, em estratégias de contrainsurgência. As forças armadas de Mianmar, desde a década de 1960, atribuem um papel central para as milícias na defesa nacional, incluindo o combate aos insurgentes domésticos. No atual cenário, esta estratégia não conseguiu conter os movimentos de resistência e, ao invés disso, escalou a violência entre os grupos armados e aqueles identificados como pró-regime militar, culminando em um ciclo vicioso de

[13] Os dez grupos são coletivamente conhecidos pela sigla NCA-S EAO (*Nationwide Ceasefire Agreement – Signatory, Ethnic Armed Organizations*). São eles: *All Burma Students' Democratic Front* (ABSDF), *Arakan Liberation Party* (ALP), *Chin National Front* (CNF), *Democratic Karen Benevolent Army* (DKBA), *Karen National Union* (KNU), *KNU/Karen National Liberation Army Peace Council* (KNU/KNLA PC), *Pa-O National Liberation Organisation* (PNLO), *Restoration Council of Shan State* (RCSS), *New Mon State Party* (NMSP) e *Lahu Democratic Union* (LDU).

[14] Vide anexo B.

[15] O termo "milícia" é utilizado de forma genérica para referir-se a uma ampla gama de organizações armadas e grupos paramilitares. John Buchanan (2016), em estudo no âmbito da *The Asia Foundation*, estabelece uma tipologia de milícias para Mianmar, com quatro categorias: (1) milícias integradas ao Tatmadaw; (2) milícias não-integradas ao Tatmadaw; (3) milícias comunitárias apoiadas pelo Tatmadaw; e (4) milícias de organizações étnicas armadas. Para mais informações sobre a ação de milícias em Mianmar, ver: Buchanan (2016) e International Crisis Group (2022a).

violência.

Há de se mencionar, ainda, os impactos no desenvolvimento econômico provocados pelo golpe militar e pela pandemia da COVID-19. O processo de democratização veio também acompanhado de gradual liberalização econômica, unificação de taxas de câmbio, integração de mercados regionais e modernização de sistemas econômicos e financeiros. Estas mudanças resultaram em rápido crescimento econômico após 2011 – cerca de 7% ao ano, segundo dados do Banco Mundial – além da redução das taxas de pobreza, que caíram de 48% para 25%, entre os anos de 2005 e 2017 (WORLD BANK, 2022). No entanto, o Monitor Econômico de Mianmar, do Banco Mundial, projeta que, após a contração de 18% da economia no ano de 2021, estima-se o crescimento de somente 1% da economia até setembro de 2022 (WORLD BANK, 2022). Ainda, uma pesquisa realizada entre maio e junho de 2021 pela organização *People's Pulse*, mediu a situação socioeconômica das famílias desde o golpe militar. Os resultados indicavam que, no início de 2022, quase metade da população de 55 milhões de pessoas em Mianmar viveria abaixo da linha de pobreza[16] (UNDP, 2021a). A pesquisa confirma as projeções realizadas em relatório[17] do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), lançado em abril de 2021, e que indicava a vulnerabilidade da população de Mianmar em cair na pobreza diante de choques negativos na economia do país. O relatório alertava que, se não for controlado, o efeito combinado da crise pandêmica e do golpe de Estado poderia resultar em um nível de empobrecimento não visto no país desde 2005 (UNDP, 2021c).

Infelizmente, não há indícios de que a situação de Mianmar mudará drasticamente no curto ou médio prazo. Os militares no poder não mostram sinais de reverter o golpe, apesar de estarem enfrentando feroz resistência por parte da população civil, dos grupos armados e do Governo de Unidade Nacional. As expectativas para a democratização, para o desenvolvimento econômico e para a pacificação entre os diversos grupos étnicos foram frustradas com o golpe militar de 2021. Para o povo rohingya, há ainda menos perspectiva de mudança, visto que o próprio governo de Mianmar – democrático ou não – sustenta a perseguição sistemática desde a independência do país. Nesse ínterim, a perspectiva é de aumento nas tensões no país, que é berço de um dos maiores conflitos civis da história.

[16] A linha da pobreza trata-se do limite monetário criado para designar em que momento um indivíduo está vivendo em situação de pobreza, fixado no valor de 1,90 dólar por dia.

[17] Trata-se do relatório intitulado "*COVID-19, Coup d'Etat and Poverty: Compounding Negative Shocks and Their Impact on Human Development in Myanmar*" (2021).

REFERÊNCIAS

ALBERT, Eleanor; MAIZLAND, Lindsay. The Rohingya Crisis. **Council on Foreign Relations**, 23 January 2020. Disponível em: https://www.cfr.org/backgrounder/rohingya-crisis. Acesso em: 11 abril 2022.

ANWARY, Afroza. Interethnic Conflict and Genocide in Myanmar. **Homicide Studies**, v. 24, n. 1, 2020, p. 85-102.

BUCHANAN, John. Militias in Myanmar. **The Asia Foundation**, July 2016. Disponível em: https://asiafoundation.org/wp-content/uploads/2016/07/Militias-in-Myanmar.pdf. Acesso em: 11 abril 2022.

CIA. The World Factbook. **Burma**, April 06, 2022. Disponível em: https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/burma/#people-and-society. Acesso em: 11 abril 2022.

CRPH (Committee Representing Pyidaungsu Hluttaw). **Who we are**, [2022]. Disponível em: https://www.crphmyanmar.org/who-we-are/. Acesso em: 11 abril 2022.

EMBASSY OF MYANMAR. **Composition of the Different Ethnic Groups under the 8 Major National Ethnic Races in Myanmar**, [2022]. Disponível em: https://www.embassyofmyanmar.be/ABOUT/ethnicgroups.htm. Acesso em: 11 abril 2022.

HORSEY, Richard. One Year On from the Myanmar Coup. **International Crisis Group**, 25 January 2022. Disponível em: https://www.crisisgroup.org/asia/south-east-asia/myanmar/one-year-myanmar-coup. Acesso em: 11 abril 2022.

HUMAN RIGHTS COUNCIL. **Report of the independent international fact-finding mission on Myanmar**, A/HRC/42/50, 8 August 2019. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/hr-bodies/hrc/myanmar-ffm/report-hr-c42th-session. Acesso em: 11 abril 2022.

HUMAN RIGHTS WATCH. Myanmar: Events of 2021. **World Report**, 2022a. Disponível em: https://www.hrw.org/pt/world-report/2022/country-chapters/380616. Acesso em: 11 abril 2022.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Developments in Gambia's Case Against Myanmar at the International Court of Justice**: Questions and Answers. February 14, 2022b. Disponível em: https://www.hrw.org/news/2022/02/14/developments-gambias-case-against-myanmar-international-court-justice. Acesso em: 11 abril 2022.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. **Resisting the Resistance:** Myanmar's Pro-Military Pyusawhti Militias. Crisis Group Asia Briefing N°171, 6 April 2022a. Disponível em: https://www.crisisgroup.org/asia/south-east-asia/myanmar/b171-resisting-resistance-myanmars-pro-military-pyusawhti-militias. Acesso em: 11 abril 2022.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. **Myanmar's Coup Shakes Up Its Ethnic Conflicts.** Crisis Group Asia Report N°319, 12 January 2022b. Disponível em: https://www.crisisgroup.org/asia/south-east-asia/myanmar/319-myanmars-coup-shakes-its-ethnic-conflicts. Acesso em: 11 abril 2022.

JOLLIFFE, Kim. Ethnic Armed Conflict and Territorial Administration in Myanmar. **The Asia Foundation**, June 2015. Disponível em: https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/ConflictTerritorialAdministrationfullreportENG.pdf. Acesso em: 11 abril 2022.

KIPGEN, Nehginpao. The 2020 Myanmar Election and the 2021 coup: Deepening democracy or widening division? **Asian Affairs**, n. 52, v. 1, 2021, p. 1-17.

MAIZLAND, Lindsay. Myanmar's Troubled History: Coups, Military Rule, and Ethnic Conflict. **Council on Foreign Relations**, 31 January 2022. Disponível em: https://www.cfr.org/backgrounder/myanmar-history-coup-military-rule-ethnic-conflict-rohingya. Acesso em: 11 abril 2022.

MITHUN, Mahanam B. Ethnic Conflict and Violence in Myanmar: The Exodus of Stateless Rohingya People. **International Journal on Minority and Group Rights**, v. 25, n. 4, 2018, p. 647-663.

MSF (Médecins Sans Frontières). **MSF surveys estimate that at least 6,700 Rohingya were killed during the attacks in Myanmar**, 12 December 2017. Disponível em: https://www.msf.org/myanmarbangladesh-msf-surveys-estimate-least-6700-rohingya-were-killed-during-attacks-myanmar. Acesso em: 11 abril 2022.

NCA-S EAO (Nationwide Ceasefire Agreement - Signatories, Ethnic Armed Organisations). **About NCA-S EAO**, [2022]. Disponível em: https://www.ncaseao.org/page/about-nca-s-eao. Acesso em: 11 abril 2022.

REUTERS. Image. In: LUSA, Myanmar: 18 mortos em manifestações pró-democracia, **DW**, 2022. **1 fotografia**. Disponível em: https://p.dw.com/p/3q1yu. Acesso em: 13 junho 2022.

UNDP (United Nations Development Programme). **Myanmar urban poverty rates set to triple, new United Nations survey finds**, December 2021a. Disponível em: https://www.asia-pacific.undp.org/content/rbap/en/home/presscenter/pressreleases/2021/myanmar-urban-poverty-rates-set-to-triple--new-united-nations-su.html. Acesso em: 11 abril 2022.

UNDP (United Nations Development Programme). **Myanmar People's Pulse Survey Report 2021.** December 2021b. Disponível em: https://www.asia-pacific.undp.org/content/rbap/en/home/library/sustainable-development/myanmar-people-pulse-survey-report-2021.html. Acesso em: 20 abril 2022.

UNDP (United Nations Development Programme). **COVID-19, Coup d'Etat and Poverty:** Compounding Negative Shocks and Their Impact on Human Development in Myanmar, April 2021c. Disponível em: https://www.asia-pacific.undp.org/content/rbap/en/home/library/democratic_governance/covid-19-coup-d-etat-and-poverty-impact-on-myanmar.html. Acesso em: 20 abril 2022.

UNHCR (The UN Refugee Agency). **Rohingya Refugee Emergency at a Glance:** The influx to Bangladesh is one of the largest and fastest-growing refugee crises in decades, 21 March 2018. Disponível em: https://unhcr.maps.arcgis.com/apps/Cascade/index.html?appid=5fdca0f47f1a46498002f39894fcd26f. Acesso em: 11 abril 2022.

WARZONE INITIATIVES. **Rohingya Briefing Report**, October 2015. Disponível em: https://www.warzone.cc/media/Rohingya_Briefing_Report_version2.pdf. Acesso em: 11 abril 2022.

WORLD BANK GROUP. **Myanmar Living Conditions Survey 2017**, Report 03: Poverty Report, June 2019. Disponível em: https://documents1.worldbank.org/curated/en/921021561058201854/pdf/Myanmar-Living-Condition-Survey-2017-Report-3-Poverty-Report.pdf. Acesso em: 11 abril 2022.

WORLD BANK. **Country overview: Myanmar**, April 2022. Disponível em: https://www.worldbank.org/en/country/myanmar/overview#1. Acesso em: 11 abril 2022.

INSURGÊNCIA MAOÍSTA NA ÍNDIA

Álvaro Anis Amyuni[1]
Laís Santiago Melo[2]
Rafael Golucci[3]

Fonte: Leonard e Singh (2021).

A Insurgência Naxalita é um conflito armado latente entre o governo indiano e as guerrilhas maoístas que teve início entre os anos 1960 e 1970. O combate perdura por mais de 60 anos, passando por períodos de alta e baixa intensidade. O governo indiano considera o conflito ilegítimo e tem procurado impedir seu prolongamento temendo a perda de soberania nas regiões montanhosas dos estados de Chhattisgarh, Orissa, Bihar, Jharkhand, Bengal Ocidental e Andhra Pradesh (MUKHERJEE, 2017). Já os naxalitas buscam a tomada do poder por meio de uma guerra de guerrilhas fundamentada no maoísmo[4], que se mostra evidente na política de não conciliação, buscando a insurgência por meio da luta armada, desacreditando na possibilidade de mudanças sociais por meio dos aparatos do Estado.

---

[1] Mestrando em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (UNESP-UNICAMP-PUC-SP) e bacharel em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pesquisador do Observatório de Conflitos do Grupo de Estudos em Defesa e Segurança Internacional (OC-GEDES) e do Observatório da Extrema Direita (OED).

[2] Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (UNESP-FCHS). Pesquisadora do Observatório de Conflitos do Grupo de Estudos em Defesa e Segurança Internacional (OC-GEDES).

[3] Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (UNESP-FCHS). Pesquisador do Observatório de Conflitos do Grupo de Estudos em Defesa e Segurança Internacional (OC-GEDES).

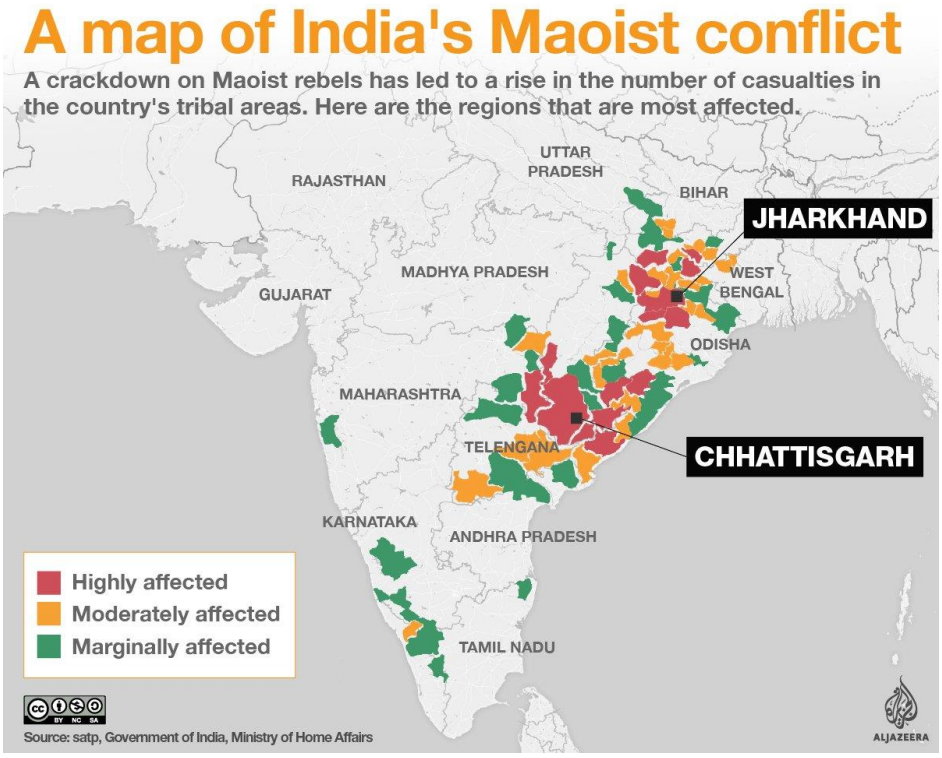
[4] Doutrina política do líder revolucionário chinês, Mao Tsé-Tung.

Para compreender o conflito é necessário analisar a ideologia que fundamenta as ações dos naxalitas com algumas interpretações e adequações para o contexto indiano. Em termos históricos, é válido ressaltar a importância do Partido Comunista Indiano (PCI), em 1925, que indica a chegada da ideologia comunista à Índia, e o final dos anos 1960 que marcam a chegada da ideologia maoísta e o desenvolvimento de suas interpretações locais (RANZAN, 2013, p. 1). Assim, o maoísmo foi construído com base na ideia marxista de materialismo histórico, e também no leninismo sobre a organização política. Com base nisso, é válido ressaltar que

> O marxismo é [...] um conjunto de princípios filosóficos, econômicos, políticos, sociológicos e científicos, todos relacionados e formando juntos uma estrutura de pensamento autônoma e independente. [...] Ele é um guia para a vida e a prática sociais, e a sua validade só pode ser avaliada pelos seus resultados (SWEEZY, 1985, p. 1-6, tradução nossa).

Assim, o Maoísmo pode ser definido como uma forma de analisar esses princípios, porém tendo como base a realidade da sociedade chinesa dos anos 1950 a 1970 (D'MELLO, 2009).

Figura 1 - Mapa das regiões afetadas pela Insurgência Naxalita na Índia



Fonte: Al Jazeera (2017).

No que diz respeito a influência leninista na formação da doutrina maoísta, os naxalitas se apropriam das concepções de centralidade em torno de um partido de vanguarda, e a função desse partido para a organização de massas tendo em vista a

revolução. Deste modo, orientados pela doutrina maoista, esse partido centraliza lideranças intelectuais, camponesas e operárias, criando discussões com base no centralismo democrático, que pode ser resumido em “liberdade de discussão, unidade de ação” com suas intenções direcionadas para as massas. (D’MELLO, 2009). A guerra de guerrilhas, que considerava as especificidades da realidade chinesa, e os princípios políticos pautados na “ditadura do proletariado" são exemplos de interpretação da linha de raciocínio.

O processo de formação político-ideológica maoísta chegou à Índia devido às semelhanças com a realidade chinesa, sobretudo a realidade política, social e econômica. No entanto, é impossível negar as especificidades da realidade indiana, o que traz a necessidade de uma interpretação própria do processo revolucionário e a formação de seus próprios partidos, como o Partido Comunista Indiano Maoísta, o PCI (M). Sendo assim, a formação da Insurgência Naxalita contra o Estado indiano é composta pela ideologia trazida da China e também pelo processo histórico de opressão estatal e militância que antecede a sua chegada.

Com a passagem do século XX para o século XXI, a Índia presenciou o ressurgimento dos movimentos maoístas revolucionários no país. Estes movimentos passaram por um período de latência nas décadas anteriores, após as reformas econômicas de 1991, focadas na abertura da economia para investimentos estrangeiros, a modernização do sistema financeiro e do mercado de capitais (RANZAN, 2016, p. 2). O período foi marcado por intenso desenvolvimento econômico, tecnológico e industrial na Índia. Entretanto, o Estado indiano presenciou o renascimento da luta maoísta, dado que o movimento ressurgiu trazendo denúncias relacionadas ao desmatamento acentuado das florestas, proveniente da industrialização, e reivindicações relacionadas à questão do direito à terra que cabia aos povos originários, angariando um grande apoio popular que contribuiu para a retomada dos conflitos.

Assim, em 2004 com a união entre os dois partidos comunistas mais promissores e ativos da Índia, o *People’s War Group* (PWG) e o *The Maoist Communist Centre* (MCC), foi criado o PCI (M), aumentando significativamente o poder da insurgência. Além disso, em 2005, com a implementação das Zonas Econômicas Especiais na Índia (RANZAN, 2016, p. 2), criadas pelas reformas econômicas de 1991, uma parte da população foi expulsa de suas terras por critérios socioeconômicos, dado que os lugares que ocupavam seriam utilizados para o processo de industrialização, fato que inflama a luta naxalita contra o governo indiano.

O apoio popular ao naxalismo veio principalmente dos *adivasis*, povos indígenas que antes da implantação das reformas econômicas ocupavam 71% das áreas florestais indianas (BIJOY, 2001). Os *dalits*, a casta mais baixa e pobre do sistema de castas indiano, também sofreram neste processo de expulsão e deram apoio à insurgência, demonstrando o nível de enraizamento das desigualdades na Índia que massacra povos e classes sociais colocados à margem do sistema (RANZAN, 2016, p. 1). Em razão disso, os naxalitas conseguiram expandir significativamente sua área de atuação, passando a agir nas regiões montanhosas do centro da Índia que eram exploradas por multinacionais em busca de recursos naturais (RANZAN, 2016).

Vale ressaltar que a expansão da área de atuação dos naxalitas também foi responsável pela desconcentração da guerrilha, o que acarretou uma perda de influência dentro dos movimentos operários e estudantis, o alicerce de origem das lideranças ideológicas do movimento maoísta. Porém, o apoio dos *dalits* e *adivasis* deu força material e moral para a retomada das incursões armadas. Ademais, os naxalitas insurgiram trazendo novamente a perspectiva de uma reforma agrária e maior igualdade social para os povos originários e classes sociais mais pobres (RANZAN, 2015, p. 4).

Utilizando a classificação de Laitin (2007) sobre violência política atrelada ao nacionalismo, denotamos a nova fase do conflito maoísta com maior conexão com os grupos sociais marginalizados do campo como uma insurgência de "filhos da terra". Essa classificação busca cobrir movimentos armados que têm forte inspiração telúrica, de defesa da terra, contra a exploração econômica predatória por forças consideradas "estrangeiras" e os processos de migração da etnia/nacionalidade dominante do Estado em que estão inseridos. Esses processos são vistos como uma invasão em vários âmbitos (territorial, cultural e econômico) e, por consequência, formam um efeito rebote de organizações da população originária para reclamar sua terra e expulsar os invasores. Mukherjee (2021) nota que, no caso maoísta indiano, houve a confluência de interesses, de um lado, telúricos por parte dos *adivasis* e *dalits* e, de outro, ideológicos de libertação por parte das lideranças maoístas. Dessa forma, mesmo que a característica ideológica aos olhos do governo indiano tenha prevalecido a partir dessa fusão, a origem mais íntima da insurgência se encontra na sua característica de "filhos da terra".

Ao tratarmos da Índia, é impossível observar e analisar os conflitos étnicos existentes ao longo de sua história pós-independência sem levar em conta os mecanismos de dominação criados pela colonização britânica aos quais a população indiana foi submetida – sobretudo os povos originários. Mukherjee (2021), identifica nas revoltas

étnicas na Índia um padrão das regiões que possuem esse tipo de revolta armada telúrica. Para ele, o domínio colonial indireto desenvolvido pelos britânicos criou as condições estruturais para a ascensão das tensões entre os povos originários contra os senhores de terras e o Estado, os "estrangeiros" que exploram seus recursos (MUKHERJEE, 2021). As regiões da Índia que tiveram maior presença britânica através de mecanismos de dominação *direta*, no pós-independência absorveram o legado institucional deixado pelos britânicos, desenvolvendo mais eficientemente as instituições de Estado, garantindo também maior robustez dos aparatos de segurança, prevenindo o desenvolvimento de movimentos armados.

Mukherjee (2021) identifica que os naxalitas e outras rebeliões de "filhos da terra" desenvolveram-se com mais facilidade e aderência social justamente em locais cuja presença institucional estatal era mais fraca. Com isso, em certos tipos de "principados" que foram transformados em estados após a independência, como Jharkhand, Chhattisgarh e Orissa, as dinâmicas do domínio indireto resultaram na exploração de recursos e em desigualdades étnicas que persistiram e criaram as condições para as insurgências telúricas florescerem (MUKHERJEE, 2021).

Nesse processo de fusão entre a luta telúrica e a luta ideológica, a Insurgência Naxalita atingiu o seu pico entre 2009 e 2010. Foi o período no qual o PCI (M), passou por um processo de militarização e institucionalização, atingindo dessa forma a sua consolidação, intensificando as ações contra a opressão estatal vinculada ao processo de modernização econômica (RANZAN, 2015, p. 1). Deste modo, os naxalitas conseguiram manter o seu poderio sobre grandes áreas rurais, mesmo com o distanciamento das classes estudantis urbanas. Entretanto, no fim de 2010, o governo indiano intensificou as ofensivas antinaxalitas, que culminaram em um decréscimo brusco da força do movimento nos anos seguintes, reduzindo as vítimas do conflito de cerca de quase mil mortes em 2010 para pouco mais de 200 em 2015 (MUKHERJEE, 2017).

As ofensivas do governo não aconteciam apenas no domínio militar, com a atuação de forças de segurança caçando e desmobilizando contingentes do exército do PCI-M, mas também ao aumentar a presença do Estado conforme ocorria o processo de modernização das regiões com forte adesão à insurgência. A intenção do governo indiano era minar o apoio da população ao naxalismo através da diminuição da convicção ideológica sobre o maoísmo, demonstrando o distanciamento da luta armada frente à possibilidade de atingir os objetivos prometidos.

Shah (2021), em seu estudo antropológico junto aos *adivasis*, discute a aderência dessa população ao discurso utópico do maoísmo e quais as circunstâncias que permitiram a grande aceitação da liderança ideológica em uma luta caracterizada principalmente pelo forte telurismo, ou seja, pela resistência à invasão de uma força considerada estrangeira, no caso o Estado indiano. A oportunidade dos maoístas junto aos *adivasis* estava no vislumbre da transformação da realidade social dessa população com base em uma noção de *classe* aliada à luta *anti-imperialista*, marca dos movimentos de inspiração maoísta ao redor do mundo. Foram dados contornos anti-imperialistas à resistência *adivasi* devido ao histórico das comunidades de sofrer com a negligência do Estado indiano e à animosidade com que essa população tratava os "estrangeiros" que tentavam explorar suas terras. Os naxalitas também enxergavam na forma de organização social *adivasi* uma espécie de comunismo primitivo (dados os princípios de igualitarismo presentes na cultura dessas comunidades), que deveria ser reformado e atualizado para o "comunismo verdadeiro" (SHAH, 2021).

Entendidas as origens da "simbiose" entre *adivasis* e o naxalismo, temos que quando os líderes da insurgência, seguros da forte relação que tinham estabelecido com a população local decidem por militarizar as suas ações a partir de 2004 – processo que foi catalisado a partir de 2010 pelo combate contra as forças do Estado –, a relação de apoio e suporte entre os "filhos da terra" e o edifício ideológico maoísta começa a sofrer abalos pela gradativa perda de aderência social. Para Shah (2021), a insurgência passou a operar por uma lógica militar, deixando a utopia fundadora da cooperação com as comunidades locais em segundo plano em nome da sobrevivência política frente às incursões do Estado indiano, tanto armadas quanto na provisão de serviços básicos outrora negligenciados. Dessa forma, o maoísmo se tornou um culto político que não tinha nenhuma relevância para as vidas ordinárias das pessoas (SHAH, 2021).

O Estado indiano, principalmente no governo de Narendra Modi do *Bharatiya Janata Party* (BJP) e grupos políticos à direita, adeptos da ideologia ultranacionalista "*Hindutva*", nesse sentido, souberam explorar muito bem a gradual perda de coesão política entre as forças sociais que compunham a insurgência através de um discurso que busca apagar as diferenças entre as castas e negar a identidade dos povos originários através da percepção da indivisibilidade do povo hindu (MCDONNEL; CABRERA, 2018). Os próprios *adivasis* passaram a se organizar em gangues para combater os maoístas de forma auxiliar às ações do governo indiano (SHAH, 2021, p. 79). Outro processo importante foi a captura das instituições educacionais pelas forças hindutvas,

levando pais a matricularem seus filhos em escolas com tal orientação ideológica (SHAH, 2021, p. 80).

Assim, as causas políticas e sociológicas também são cruciais para compreender o movimento em direção à latência da insurgência após o seu pico em 2010. Mukherjee (2017) aponta duas razões para a redução brusca da violência naxalita entre 2013 e 2015: a primeira é o sucesso da ação continuada do Estado indiano para a manutenção da contra insurgência. A segunda razão tem a ver com a percepção da liderança naxalita diante dos esforços contra insurgentes de que não tinham força material para sustentar a estratégia expansionista que adotaram após a criação do PCI (M) em 2004. Essa percepção resultou na mudança de estratégia para uma retirada tática para estancar a perseguição contra as lideranças ideológicas da insurgência (PRADHAN *apud* MUKHERJEE, 2017, p. 216).

De qualquer maneira, apesar da redução brusca das mortes relacionadas à insurgência, alguns "focos" de ação continuam espalhados pelos estados mais afetados. No pico de sua atuação, os naxalitas estavam presentes em mais de 100 distritos indianos; em 2021, as forças policiais concentravam combates com naxalitas em apenas 30 distritos (VOHMA, 2021). O número de membros ativos da insurgência também caiu de cerca de 10.000 para algo entre 3.000 e 2.000 militantes (VOHMA, 2021). Isso demonstra a latência do conflito no sentido de que a insurgência deixou de ser uma luta aberta e bem-organizada para tomar a forma de pequenos focos de violência e um território controlado muito reduzido.

Por fim, em 2022 o Ministério do Interior da Índia anunciou a queda de 77% da violência naxalita no país e 85% de redução nas mortes decorrentes do conflito. Em 2010, o conflito atingiu o seu pico de mortes registradas com 1005 vidas ceifadas, contra 147 em 2021. O governo Modi utiliza essas novas cifras do conflito para demonstrar o sucesso da sua política de segurança que buscou modernizar as forças policiais com altos investimentos em novos equipamentos e treinamento (77% DIP…, 2022). Contudo, tal política é seletiva e faz parte de um esforço maior do governo ultranacionalista do BJP em massacrar as dissidências políticas e comunidades étnicas e religiosas "desviantes" do país.

Dessa forma, a Insurgência Naxalita na Índia parece caminhar em direção ao seu fim. Após quase 60 anos oscilando entre momentos de maior atividade e de maior latência, resultantes da própria evolução das correntes marxistas na Índia, o movimento atingiu seu pico de atuação e relevância ainda na primeira década do século XXI. Desde

então, assiste à sua fase minguante com a intensificação da contrainsurgência estatal que busca eliminar os últimos focos de atividade.

Percebe-se que a invisibilidade do conflito aos olhos do mundo se dá principalmente por sua aparente derrocada, também insuflada por ser uma questão primariamente interna da Índia, havendo nenhum interesse aparente de interferência externa para promover uma nova escalada do conflito – e este também foi o padrão observado ao longo da história da insurgência. Mesmo a China maoísta, fonte de inspiração para os naxalitas, não interferiu diretamente no conflito a não ser com os seus insumos ideológicos, tomando por base a ideia inerente ao maoísmo de que a luta deve corresponder às características ideológicas locais.

REFERÊNCIAS

Al JAZEERA. Maoist armed groups have a presence in 104 districts across 13 of India's 28 states, 10 maio 2017. Twitter: @AJEnglish. Disponível em: https://twitter.com/AJEnglish/status/862366655397199873. Acceso em 19 março 2022.

77% DIP in Naxal Violence in India, 85% Reduction in Casualties: Home Ministry in Rajya Sabha. **News18**, 23 de março de 2022. Disponível em: https://www.news18.com/news/india/77-dip-in-naxal-violence-in-india-85-reduction-in-casualties-home-ministry-in-rajya-sabha-4900940.html. Acesso em: 19 março 2022.

BIJOY, C R. The Adivasis of India – A History of Discrimination, Conflict and Resistance. **Indigenous Affairs.** Tamil Nadu, Índia, v. 1, p. 54-61, 2001. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/C-R-Bijoy/publication/295315229_The_Adivasis_of_India_-_A_History_of_Discrimination_Conflict_and_Resistance/links/56c945fb08ae5488f0d70ccb/The-Adivasis-of-India-A-History-of-Discrimination-Conflict-and-Resistance.pdf. Acesso em: 05 abril 2022.

D'MELLO, Bernard. What is Maoism? **Monthly Review**, 2009. Disponível em: https://mronline.org/2009/11/02/what-is-maoism/. Acesso em: 03 abril 2022.

LAITIN, David D. **Nations, States and Violence**. Nova York: Oxford University Press, 2007.

LEONARD, Spencer; SINGH, Sunit. The Maoist insurgency in India: End of the road for Indian Stalinism? An interview with Jairus Banaji. **Platypus Review,** 26, 2021. **1 fotografia**. Disponível em: https://platypus1917.org/2010/08/06/the-maoist-insurgency-in-india-end-of-the-road-for-indian-stalinism/. Acesos em: 13 junho 2022.

MCDONNEL, Duncan; CABRERA, Luis. The right-wing populism of India's Bharatiya Janata Party (and why comparativists should care). **Democratization**, v. 26, n. 3, 2018.

MUKHERJEE, Shivaji. Insurgencies in India: Origins and Causes. *In*: GANGULY, Sumit *et al*. **Oxford Handbook of India's National Security**. Nova Délhi: Oxford University Press, 2017, pp. 209-228.

MUKHERJEE, Shivaji. Colonial Origins of Sons of the Soil Insurgency: Maoist Rebellion in Central India. Routledge, **Asian Security**, v. 17, n. 3, 2021

RANZAN, Mateus. A Defesa da Luta Armada: O Caminho Revolucionário na Índia. **XIII Encontro Estadual de História da ANPUH RS, Ensino, Direitos e Democracia,** Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, p. 1-14, jul., 2016.

RANZAN, Mateus. A Luta Maoísta Revolucionária na Índia: a gênese da guerrilha naxalitas (1967-1972). **XXVII Simpósio Nacional de História, Lugares dos Historiadores: Velhos e Novos Desafios,** Natal, Santa Catarina, p. 1-14, julho, 2013.

RANZAN, Mateus. O Partido Comunista da Índia (Maoísta). **XXVIII Simpósio Nacional de História, Lugares dos Historiadores: Velhos e Novos Desafios,** Florianópolis, Santa Catarina, p. 1-11, julho, 2015.

SHAH, Alpa. For an anthropological theory of praxis: dystopic utopia in Indian Maoism and the rise of the Hindu Right. **Social Anthropology**, v. 29, n. 1, 2021.

SWEEZY, Paul. What is Marxism?. **Monthly Review**, v. 36, n. 10, 1985.

VOHMA, B. L. Sukma And Gadchiroli: The Boiling Pots of Left-Wing Extremism. **News18**, 1 junho de 2018. Disponível em: https://www.news18.com/news/opinion/sukma-and-gadchiroli-the-boiling-pots-of-left-wing-extremism-3795758.html. Acesso em: 19 março 2022.

INSURGÊNCIA NO NORDESTE DA ÍNDIA

Getúlio Alves de Almeida Neto[1]
João Mateus Rodrigues[2]
Lara Santinelo[3]
Isadora Cordeiro da Silveira[4]
Juliana Haniu[5]
Gabriel Souza Araujo[6]
Giovanna Amaral Vargas[7]

Fonte: Khandelwal (2022).

[1] Mestre em Relações pelo Programa de Pós-Graduação 'San Tiago Dantas' (Unesp, Unicamp, PUC-SP). Pesquisador do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES). Contato: getulio.neto@unesp.br

[2] Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (UNESP-FCHS). Pesquisador do Observatório de Conflitos do Grupo de Estudos em Defesa e Segurança Internacional (OC-GEDES). Contato: costa.dora@unesp.br

[3] Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (UNESP-FCHS). Pesquisadora do Observatório de Conflitos do Grupo de Estudos em Defesa e Segurança Internacional (OC-GEDES). Contato: lara.rael@unesp.br

[4] Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (UNESP-FCHS). Pesquisador do Observatório de Conflitos do Grupo de Estudos em Defesa e Segurança Internacional (OC-GEDES). Contato: isadora.cordeiro@unesp.br

[5] Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (UNESP-FCHS). Pesquisador do Observatório de Conflitos do Grupo de Estudos em Defesa e Segurança Internacional (OC-GEDES). Contato: juliana.haniu@unesp.br

[6] Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (UNESP-FCHS). Pesquisador do Observatório de Conflitos do Grupo de Estudos em Defesa e Segurança Internacional (OC-GEDES). Contato: gabriel.s.araujo@unesp.br

[7] Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (UNESP-FCHS). Pesquisador do Observatório de Conflitos do Grupo de Estudos em Defesa e Segurança Internacional (OC-GEDES). Contato: g.vargas@unesp.br

A geografia indiana é marcada pelo 'Corredor Siliguiri', uma estreita faixa de terra de aproximadamente 21 quilômetros de extensão no sentido norte-sul, que conecta o que se convencionou chamar de Nordeste da Índia ao restante do país. Conforme Bhardwaj (2016), essa região, localizada entre o Tibete, Mianmar, Bangladesh, Butão e Nepal, foi território dos reinos de Manipur e Ahom até meados do século XIX, quando houve a invasão birmanesa que levou à eclosão da Primeira Guerra Anglo-Birmanesa (1824-1826). A vitória britânica na guerra garantiu o controle destes sobre a região através do Tratado de Yandabo (1826). Após a independência indiana, em 1947, iniciou-se um processo de incorporação desses territórios ao novo Estado indiano. Dessa forma, o Nordeste da Índia conta com atualmente oito Estados: Assam, Manipur e Tripura se juntaram ao país em 1949. Na sequência, houve a criação dos Estados de Nagaland (1963); Meghalaya (1972); Sikkim (1975); Mizoram (1982); e Arunachal Pradesh (1987).

Desde os anos 1950, a região é palco de movimentos insurgentes contra o governo central. De fato, em resposta ao início da primeira rebelião do povo Naga, nas colinas do Estado de Assam, o governo indiano estabeleceu o "Armed Forces Special Powers Act (AFSPA)", em 1958, para reprimi-la. Desde então, o AFSPA recebeu emendas para possibilitar às autoridades civis locais solicitar o envio de tropas das forças armadas indianas sempre que a região for designada como "área de distúrbios", que assim é definida de forma frequente sem a devida justificação (BARUAH, 2020). Por meio deste instrumento, o Estado indiano possui prerrogativa legal para utilizar de seu aparato militar dentro de seu território que, segundo o relatório do Conselho de Direitos Humanos da Organização Nações Unidas sobre missão enviada à Índia apresentada em Assembleia Geral em 2013, é provido de poderes que "são na realidade mais abrangentes do que aqueles permitidos dentro de um estado de insurgência, já que o direito à vida pode efetivamente ser suspenso sob a Lei e as garantias aplicadas em um estado de emergência são ausentes" (HUMAN RIGHTS COUNCIL, 2013, p. 6-7, tradução nossa).

Em comum, tais movimentos se destacam pela diversidade étnica, religiosa, cultural e linguística, resultante de um processo de organização tribal da população dentro dos seus territórios e consequência do processo de descolonização. Segundo Bhardwaj (2016), as insurgências no Nordeste da Índia possuem, em linhas gerais, uma série de elementos explicativos. Em primeiro lugar, trata-se da região mais multiétnica dentro da Índia, com 213 grupos dentre os 645 listados oficialmente pela Pesquisa Antropológica da Índia. Em segundo lugar, a região é geograficamente afastada da porção principal do Estado indiano e possui uma infraestrutura menos desenvolvida, recebendo menos

estímulos econômicos por parte do governo central e possuindo baixa representação política, o que se traduz em um maior sentimento de isolamento e exploração. Um terceiro aspecto levantado pelo autor é a mudança demográfica na região, em especial devido ao influxo de imigrantes do antigo Paquistão Oriental – atual Bangladesh – na região de Assam, o que levou ao surgimento de movimento anti-imigração e a formação da ULFA (United Liberation Front of Assom), em 1979. Devido ao conflito interétnico, há também um grande número de deslocados internos, o que contribui para o aumento da instabilidade regional. Ainda segundo o autor, entre 1990 e 2011, mais de 800 mil pessoas foram forçadas a deixarem suas casas na divisa entre Assam e Meghalaya e em Tripura. Além disso, estes conflitos são marcados pelo transbordamento na região, com diversos atores envolvidos e com implicações para as relações da Índia com seus vizinhos. Sobretudo entre os anos 1960 e 1980, houve um forte apoio externo aos movimentos insurgentes por parte do então Paquistão Oriental e da China. Por fim, a própria repressão gerada pelo acionamento do AFSPA contribui para um maior sentimento de isolamento da região que possivelmente pode fomentar revoltas locais.

No cenário mais recente, o nível de violência deflagrada entre os grupos insurgentes e o governo central indiano reduziu-se drasticamente. Em 2015, o governo indiano assinou um acordo de paz com uma das facções do grupo separatista National Socialist Council of Nagaland (NSCN-IM), cujos detalhes não foram divulgados (INDIA…, 2015). Não obstante, Bhardawaj (2016) ressalta que os descontentamentos permanecem. De fato, em 2011 deu-se início às negociações que em 2015 culminaram no estabelecimento de uma organização que reuniu nove grupos[8] insurgentes do Nordeste Indiano e de Mianmar, sob o nome de United National Liberation Front of South West Asia (UNLFSWA), com objetivo de conseguir a independência completa da região. No mesmo ano em que o acordo com o NSCN foi assinado, integrantes do UNLFSWA realizaram uma emboscada contra tropas indianas que resultou na morte de 18 soldados no Estado de Manipur. Como retaliação, o governo de Nova Déli realizou uma operação no território de Mianmar – com cujo governo possui um acordo que possibilita o envio do fluxo mútuo de tropas para atuarem contra grupos considerados terroristas – e alegou

[8] Segundo o Uppsala Data Conflict Program, compunham a organização, em 2018, os seguintes grupos: Exército Nacional de Libertação de Garo (GNLA), Conselho Democrático do Povo de Karbri Longri (PCDK) – desativado em 2021 –, Frente Unida de Libertação Nacional (UNLF), PREPAK, Partido Comunista Kangleipak (KCP), Kanglei Yawol Kanna Lup (KYKL), Conselho Nacional Socialista de Nagaland – Facção Khaplang (NSCN-K), a facção Independente da Frente Unida de Libertação de Assam (ULFA-I), a Organização de Libertação Kamatapur (KLO) e a facção Songbijit do Nacional Democrata Frente do Bodoland (NDFB-S).

ter matado até 50 integrantes da facção NSCN-K, que não integra o acordo de paz com o governo central indiano (BHAUMIK, 2015). Em dezembro de 2021, 14 civis foram mortos após ação de forças indianas em Nagaland em uma operação que buscava localizar insurgentes na região (YASIR; KUMAR, 2021).

Os diferentes movimentos insurgentes, embora conectados entre si – e, portanto, não passíveis de serem totalmente desvencilhados um do outro –, também possuem características próprias que merecem um recorte analítico. Dessa forma, abordar todos os seus aspectos seria uma tarefa de maior complexidade e que deve, por si só, constituir um tema de pesquisa. Nesta edição do Dossiê de Conflitos Contemporâneos, portanto, nos ocupamos de analisar brevemente dois movimentos separatistas no Nordeste Indiano, de forma individualizada, com o intuito de possibilitar ao leitor uma melhor compreensão dos atores, motivos e desenvolvimento destes conflitos. Nesse sentido, abordamos a seguir as especificidades dos casos em Nagaland e, em seguida, em Assam. Se considerados somente estes dois estados indianos, contabilizam-se 1.679 mortes decorrentes dos conflitos entre 1989 e 2021 (1175 em Assaam e 503 em Nagaland), segundo o Uppsala Conflict Data Program (UCDP, [2022a]; [2022b]).

Insurgência em Nagaland

O estado de Nagaland constitui uma das 28 unidades federativas (Estados) da Índia, incorporado pela união em dezembro de 1963, tornando-se o décimo sexto estado indiano. A região é composta por 16 tribos de características sociais e culturais diferentes. Durante sua constituição e a ocupação do governo britânico, a região passou a ser administrada por tropas militares. Com isso, o neocolonialismo imposto em diversas nações, unificou diferentes tribos e diferentes questões sociais. A partir disso, a ocupação britânica na região pautou-se por conflitos entre as tropas britânicas e as diversas tribos da região.

No pós-Segunda Guerra Mundial, a região de Nagaland passou por uma grande modificação em sua estrutura geográfica, com a saída das tropas inglesas e início do processo de independência da Índia. Diante disso, e com formações passadas, foi criado um movimento nacionalista do povo naga, que apesar de não ter uma identidade nacional em comum passou a iniciar uma busca por um nacionalismo religioso. A partir disso, em 1945 criou-se a organização política denominada Conselho Nacional de Naga (Naga National Council – NNC), que em seu início solicitou apenas soberania perante o Estado

de Naga mas que no processo revolucionário exigiu a separação do estado perante a Índia (BHATIA, 2004).

A partir do início do processo de descolonização indiano, diversas tribos contrárias a tal processo iniciaram diversas reivindicações, lutas e protestos em busca de autonomia para alguns territórios inseridos em Nagaland. Com isso, como forma de conter o expoente revolucionário e os incidentes violentos, o governo da Índia promoveu parte da região de colinas de Naga como uma região autônoma, sendo denominada Naga Hills Tuensang Area (NHTA). Porém, apesar do processo revolucionário, o Estado indiano, por meio de acordos com os separatistas e líderes da Convenção do Povo Naga (NPC), reconheceu a formação de Nagaland como um estado de pleno direito dentro da União da Índia (BHATIA, 2004).

Vale ressaltar que a identidade nacional do povo de Nagaland provém em particular de sua religião, já que, atualmente, cerca de 98% da população segue o cristianismo, enquanto a maioria da população indiana é hinduísta. A diferenciação provém do século XIX, no qual a missão Batista Americana de Naga passou a ter maior acesso às regiões indianas e em particular ao Estado de Nagaland.

O início do conflito na região se dá em parte pela divergência cultural e religiosa. Segundo Namrata Goswami, especialista em assuntos internacionais e conflitos étnicos, "O Conselho Nacional Naga (NNC), o grupo líder que forneceu a liderança para a insurgência, declarou sua demanda política como a secessão das áreas Naga da Índia, formando um estado soberano Naga separado." (GOSWAMI, 2014, p. 43). A partir disso, parte extremista do movimento dentro da NNC formou o Governo Federal de Nagaland (FGN), que excluiu o exército de Naga de suas deliberações e levou o governo indiano a considerar o movimento como insurgente.

As principais reivindicações do movimento insurgente, levantados pelo NNC em apoio à independência Naga em 1951, são: 1) desenvolvimento da sua própria cultura sem interferência, pois os nagas eram culturalmente distintos dos indianos e viviam em um país que nunca teve qualquer ligação política ou emocional com a Índia; 2) desenvolvimento do seu próprio sistema educacional, baseado em seu sistema universitário autoprojetado; 3) garantia de que suas terras fiquem com seu próprio povo; 4) salvaguarda da sua organização comunitária, a sua cultura, e a propriedade da sua terra; e, por fim, 5) a rejeição de classes, religiões e distinções de casta (GOSWAMI, 2014).

Desde o seu início em 1963, o fogo cruzado entre o Estado indiano e os insurgentes de Naga (NNC) ficou marcado pelo grande número de baixas entre os combatentes e a população local. Com isso, em decorrência dos inúmeros ocorridos no Estado indiano, desde a emancipação do Estado de Bangladesh, o governo indiano propôs ao NNC o Acordo de Paz de Shillong, celebrado em 1975. Porém, tal processo tornou-se falho, aumentou a repressão e dividiu o movimento separatista, dando origem ao Conselho Nacional Socialista de Nagaland (NSCN) em 1980, tornando-se esta uma data emblemática para a cronologia do conflito. O novo grupo discordou da rendição e rejeitou o Acordo. Nesse sentido, pode-se afirmar que NSCN tem caráter mais incisivo do que seu antecessor, pretendendo construir uma "Grande Nagaland" e lutando de maneira armada em nome de Cristo, por uma Nagaland livre (UCDP, [2022a]).

Tendo isso em vista, é importante ressaltar que esse território visado para uma "Grande Nagaland", vai além do próprio estado, e incorporaria parte dos estados Assam, Manipur, Arrunachal Pradesh e até mesmo partes do território de Mianmar. Na concepção do NSCN, a demanda não seria secessionista, já que as áreas dos Naga nunca foram de fato parte da União Indiana, o que se contrapõe ao discurso do governo, que percebe essa manifestação como forma de violar a integridade territorial (UCDP, [2022a]).

Outro acontecimento importante foi uma divisão dentro do próprio Conselho, que em 1988 se desmembrou em duas facções, a NSCN-K, sob liderança da SS Khaplang, e a facção NSCN-IM, liderada por Isaac Chisi Swu e Thuingaleng Muivah, militar e politicamente dominantes. Os combates entre ambas e contra o governo impactam os próprios insurgentes, e inclusive os civis. Além disso, a expansão do conflito se dá por toda a região, tanto pelo lado que apoia e treina o Conselho, entre eles Bangladesh, Tailândia, e principalmente o Paquistão, quanto aquele que o contraria, notadamente por ações fronteiriças com o Mianmar, guiadas pelo governo indiano, que levou a um conflito entre Mianmar e NSCN-K, segundo informe do Uppsala Conflict Data Program (UCDP, [2022a]).

Logo, com a presença constante do conflito no país e a iminência constante de ataques violentos, a busca por negociar e alcançar uma solução também se estende desde a década de 90. As negociações tiveram início informal em 1995, em que o primeiro-ministro e o NSCN-IM reuniram-se, mas somente em 1997, por uma junção de fatores, como a prisão de algumas lideranças, o combate fronteiriço contra o grupo e ainda o fortalecimento de Khaplang, é que as conversações ganharam maior formalidade. Não

houve grandes acordos, exceto por um curto cessar-fogo, repetido em 2000 com a outra facção, ainda que ambos tenham sido prorrogados em alguns momentos (UCDP, [2022a])

Já em 2003, um fato bastante celebrado foi que Isaac e Muivah visitaram a Índia pela primeira vez em anos. Porém, várias rodadas de negociação se seguiram, na Índia, em Amsterdã e na Tailândia, sem que o governo e o conselho atendessem às demandas ou abrissem grandes concessões pela paz. Finalmente, em agosto de 2015, foi assinado um acordo de paz entre o NSCN-IM e o governo indiano, ficando de fora o braço NSCN-K. Entretanto, verificar o cumprimento ou não dele não é possível, pois as disposições foram mantidas secretamente entre as partes (UCDP, [2022a]). Conclusivamente, o conflito é complexo, envolve vários atores, não tem a perspectiva de um fim próximo e continua latente. Em relação aos mortos, segundo o UCDP, de 1991 até 2019, o número de óbitos foi de 504, sem que haja total precisão.

Insurgência em Assam

O conflito em Assam é caracterizado como intraestatal com envolvimento estrangeiro e corresponde a um movimento separatista, cujos principais atores são a ULFA (Frente Unida de Libertação de Assam) e o governo indiano. De acordo com os dados retirados do UCDP ([2022b]), o número total de óbitos resultantes do conflito é de aproximadamente 1175, contabilizados entre 1989 e 2016. A ULFA foi criada pelos rebeldes que nunca consideraram Assam como uma parte legítima da Índia. Todavia, a demanda pela independência dessa região sempre fora negada em negociações do grupo com o governo indiano. Essa insurgência teve em seu cerne um movimento antiestrangeiro, que surgiu do fluxo de imigrantes ilegais do Paquistão Oriental – atual Bangladesh – na região de Assam. Dessa maneira, a ULFA surgiu em 7 de abril de 1979 em apoio à campanha antiestrangeira de outros grupos assameses. Apesar de proporem a independência de Assam com relação à Índia, representantes da ULFA não se identificam como membros de um movimento de secessão, mas de libertação.

Ainda de acordo com o UCDP, a campanha militar da ULFA foi lançada em 1983, mas apenas em 1990 foi atingido o nível de conflito armado. Nessa mesma década, o governo da Índia lançou operações militares de contrainsurgência, ao mesmo tempo em que tentou negociações com os membros do grupo, as quais resultaram na rendição de aproximadamente 4.000 insurgentes em troca de anistia. Não obstante, parte do grupo persistiu na luta armada.

Devido ao sucesso do governo indiano frente à luta contra a ULFA, os rebeldes foram obrigados a dar continuidade ao movimento a partir de países vizinhos. Nesse sentido, o governo da Índia acusou países como Bangladesh, Mianmar e Butão de negligenciar as bases operacionais em seus territórios, ajudando os revoltosos, apesar da dificuldade de provar essa assistência. Além disso, o Paquistão também nega envolvimento com a ULFA, apesar da ligação entre o grupo e a Inteligência Inter-Serviços do Paquistão. Ademais, outros grupos insurgentes indianos atuaram como partidos secundários em apoio à Frente Unida de Libertação de Assam, tais como o NSCN (Conselho Nacional Socialista de Nagaland) e o NDFB (Frente Democrática Nacional para Bodoland).

Como consequência das proporções que o conflito havia tomado, o governo da Índia negociou com Bangladesh, Mianmar e Butão um acordo de contenção das atividades da ULFA, o que a forçou a mudar suas bases. Outrossim, algumas negociações aconteceram a partir de 2004, quando a ULFA passou a reivindicar apenas a soberania de Assam. No mesmo ano, o governo propôs um cessar-fogo, o qual foi recusado pelo grupo, que reivindicou um referendo para a questão da independência.

Com a falha da resolução do conflito, outras tentativas foram trabalhadas. Enquanto a ULFA exigia que as negociações fossem supervisionadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), fora da Índia, e focassem na questão da soberania de Assam, o governo indiano, por outro lado, estabeleceu a rendição da Frente Unida de Libertação de Assam como um pré-requisito para as negociações, além de discordar a respeito da presença da ONU, o que, na sua visão, infringiria a sua soberania.

Segundo o UCDP, em 2010, em razão de uma mudança de postura do governo indiano frente aos pré-requisitos para as negociações, a questão da soberania de Assam parecia ter sido facilitada. De fato, em 2011, as primeiras rodadas oficiais de negociações foram realizadas. A partir de então, e em meio a conflitos, os acordos foram mantidos por ambas as partes, as quais não conseguiram, ainda, formalizar um acordo de paz. Durante as negociações, o comandante-em-chefe do grupo separou-se e criou a *ULFA-Independent* (ULFA-I), sendo este último um membro fundador de um grupo guarda-chuva do nordeste da Índia e de Mianmar, o UNLFWSA.

REFERÊNCIAS

BARUAH, Sanjib. **In the Name the Nation**: India and its Northeast. Stanford, California: Stand University Press. 2020.

BHARDWAJ, Kulbushan. Insurgency in North East India. Genesis and Prognosis. **The United Service Institution of India**, 2016. Disponível em: https://usiofindia.org/publication/usi-journal/insurgency-in-north-east-india-genesis-and-prognosis/. Acesso em: 03 maio 2022.

BHATIA, Aparna. **Nagaland State Human Development Report 2004.** 1st ed. Department of Planning & Coordination Government of Nagaland, 2004. Disponivel em: http://cq-publish.dev.undp.org/content/dam/india/docs/state_human_develop_report_nagaland_full_report_2008.pdf. Acesso em: 21 março 2022

BHAUMIK, Subir. Indian troops cross into Myanmar to attack rebel bases. **Al Jazeera**. 10 jun. 2015. Disponível em: https://www.aljazeera.com/news/2015/6/10/indian-troops-cross-into-myanmar-to-attack-rebel-bases. Acesso em: 03 maio 2022.

GOSWAMI, Namrata. **Indian National Security and Counter-Insurgency**: The use of force vs non-violent response. London: Routledge, 2014.

HUMAN RIGHTS COUNCIL. **UN General Assembly**. Report of the Special Rapporteur on Extrajudicial, Summary or Arbitrary Executions, Addendum: Mission to India, Human Rights Council, 23rd. Sess., item 3, April 26, 2013. UN Doc. A/HRC/23/47/Add.1, 7, Disponível em: https://www.refworld.org/docid/51b98e624.html. Acesso em: 03 maio 2022.

INDIA signs peace agreement with Naga separatists. **Al Jazeera America**. Aug. 3, 2015. Disponível em: http://america.aljazeera.com/articles/2015/8/3/india-signs-peace-agreement-with-naga-separatists.html. Acesso em: 03 maio 2022.

KHANDELWAL, Saumya. A banner criticizing the Armed Forces Special Powers Act in Dimapur, India. Recent killings prompted protests and scrutiny of the 1950s-era measure. **1 fotografia.** New York Times, 23 jan. 2022. Disponível em: https://static01.nyt.com/images/2022/01/23/world/00india-militarization-11/merlin_199880454_d0b5be1f-d17c-4aa5-a022-7574a35873e3-superJumbo.jpg?quality=75&auto=webp. Acesso em: 13 junho 2022.

UCDP. India: Assam, [2022b]. Disponível em: https://ucdp.uu.se/conflict/365. Acesso em: 03 maio 2022.

UCDP. India: Nagaland, [2022a]. Disponível em: https://ucdp.uu.se/conflict/251. Acesso em: 03 maio 2022.

YASIR, Sameer; KUMAR; Hari. Anger Spreads in Northeastern India After Security Forces Kill 14 Civilians. **The New York Times**. Dec. 5, 2021. Disponível em: https://www.nytimes.com/2021/12/05/world/asia/india-northeast-nagaland-civilians.html. Acesso em: 03 maio 2022.

GUERRA NO NOROESTE DO PAQUISTÃO

Laurindo Paulo Ribeiro Tchinhama[1]
Beatriz Paiva Fantinel[2]
Heitor Cassiano Senra Neves[3]

Fonte: PAKISTAN... (2014).

Após os atentados de 11 de setembro de 2001 da Al-Qaeda contra os Estados Unidos, a política externa de segurança norte-americana se concentrou no combate de grupos terroristas. No mesmo ano, por exemplo, ocorreu o início da invasão dos Estados Unidos e seus aliados no Afeganistão, sendo o objetivo desmantelar o governo do Talibã – grupo fundamentalista islâmico que estava no poder do país desde 1996 e era acusado de manter relações com a Al-Qaeda. O transbordamento (*spillover*) dessa invasão fez com que no país vizinho, o Paquistão, historicamente alinhado à política externa dos Estados Unidos, acontecesse um fortalecimento das ações do Talibã, fugidos do Afeganistão, principalmente nas áreas tribais ao norte do país, o que levou o governo central paquistanês a empreender diferentes campanhas militares na região em combate aos

[1] Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais "San Tiago Dantas" (UNESP, UNICAMP, PUC-SP), na área de Paz, Defesa e Segurança Internacional, com pesquisa financiada pela CAPES. É membro do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) e da Rede de Pesquisa em Paz, Conflitos e Estudos Críticos de Segurança (PCECS). E-mail: laurindoprt@gmail.com.
[2] Graduanda em Relações Internacionais pela Unesp e membro do Observatório de Conflitos do GEDES. E-mail: beatriz.fantinel@unesp.br.
[3] Graduando em Relações Internacionais pela Unesp e membro do Observatório de Conflitos do GEDES. E-mail: heitor.neves@unesp.br.

fundamentalistas. O resultado dessa movimentação foi um violento conflito armado que perdurou por 15 anos no noroeste Paquistanês e a completa desestabilização social, econômica e política da região.

A formação do Paquistão enquanto Estado remonta ao período pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945), no contexto do processo de independência da Índia britânica[4]. Inicialmente, o país foi criado na forma de dois territórios (Paquistão Oriental e Paquistão Ocidental), compostos majoritariamente por muçulmanos, ao leste e noroeste da Índia (de maioria hindu). Tal divisão foi formulada levando em consideração que a parcela do Império Britânico, que compreendia o subcontinente indiano, era marcada por uma diversidade de religiões e culturas, com destaque para os muçulmanos e hindus. Posteriormente, já na década de 1970, após a guerra de independência contra a parte ocidental, o Paquistão Oriental se tornou uma nação independente, passando a se chamar Bangladesh (BERNUCCI, 2018).

Para compreender o conflito no noroeste paquistanês, é preciso analisar as relações políticas e culturais estabelecidas ao longo dos anos pelos governos do Paquistão e do Afeganistão. Na década de 1890, os britânicos forçaram os afegãos a estabelecerem um limite fronteiriço entre o Afeganistão e os domínios britânicos no subcontinente indiano, que ficaria conhecido como Linha Durand. Atualmente, tal limite determina as fronteiras entre os dois países e apesar de não ser reconhecido pelo governo de Cabul, permanece intocável pelos paquistaneses. Para o escopo deste trabalho, interessa-nos entender como a imposição de tal fronteira dividiu a tribo dos *pashtuns* em dois países diferentes e que, apesar disso, ainda mantém vínculos históricos e culturais muito fortes e o compartilhamento de vivências e visões de mundo. Assim, a manutenção dos laços entre essas duas populações foi um fator que facilitou a penetração do Talibã nas áreas tribais paquistanesas, uma vez que, como será abordado posteriormente, é o principal grupo étnico que compõe essa região bem como integra as fileiras do grupo extremista.

No contexto da Guerra Afegã-Soviética, o governo paquistanês manteve laços amistosos com os *mujahideen* (do árabe que significa combatente "que se empenha na luta" – *jihad*). Postura alinhada também ao próprio governo norte-americano em relação ao conflito, em especial com o grupo que viria a se estabelecer como Talibã, chegando a fornecer auxílio financeiro e militar ao movimento durante muitos anos (ZAGO, 2009). A guerra se iniciou com a invasão soviética no Afeganistão em 1979, em um contexto em

[4] O domínio colonial britânico no subcontinente indiano que compreendia os territórios atuais de Índia, Paquistão, Bangladesh (ex-Paquistão Oriental) e Myanmar (antes chamado de "Birmânia").

que a União Soviética temia que a Revolução Iraniana, de caráter declaradamente religioso e anticomunista, chegasse ao Afeganistão e, consequentemente, nas demais áreas de maioria muçulmana. O Exército Vermelho capturou áreas urbanas, estradas e redes de comunicação, "empurrando" os combatentes para as montanhas. Ao mesmo tempo que o caráter ateu ou ortodoxo do invasor deu ao conflito a caracterização de uma *jihad*, ou guerra santa, para os muçulmanos.

Dessa forma, os guerrilheiros se uniram sob o nome de "*mujahideen*", financiados, em grande parte, pelos Estados Unidos (como estratégia contra a invasão soviética no Afeganistão), que também contribuíram para a guerra através do fornecimento de material bélico e treinamento. Além disso, os *mujahideen* também conseguiram armas por meio de um esquema de contrabando por intermédio do Paquistão. A "*jihad* declarada" também atraiu combatentes de outros países da região, como o jordaniano Abu Musab al-Zarqawi e o saudita Osama bin Laden, futuros fundadores dos grupos fundamentalistas islâmicos Estado Islâmico e al-Qaeda, respectivamente. Com o fim da guerra e retirada das tropas soviéticas, a partir do final da década de 1980, seguiu no país a instauração de um conflito civil. O Talibã, uma das divisões dos antigos *mujahideen*, empreendeu uma luta armada contra o governo instituído. Como resultado, o grupo conseguiu dominar uma relevante porção territorial do país, incluindo a capital, Cabul, e chegou a executar o então presidente, Mohammed Najibullah, declarando um emirado islâmico.

O atentado terrorista ao World Trade Center e ao Pentágono, nos Estados Unidos, em 2001, arquitetado pela rede jihadista internacional al-Qaeda, motivou o então presidente norte-americano, George W. Bush, a adotar uma política externa de segurança fundamentada no princípio de intervenção militar direta em países que apoiassem, financiassem ou servissem como "base para planejamento" de futuros ataques terroristas e que, consequentemente, colocassem em jogo a segurança e estabilidade do sistema internacional. No mesmo ano, teve início a invasão no Afeganistão, então sob governo do Talibã, acusado de prestar apoio à al-Qaeda e de acobertar um dos fundadores do grupo extremista e mentor dos ataques, Osama bin Laden. Nos anos seguintes, a ordem geopolítica do país foi alterada pela interferência norte-americana, sendo uma das principais consequências o fortalecimento do jihadismo e o enfraquecimento dos governos locais (BOSERUP *et al*., 2017).

Dessa forma, a invasão norte-americana no Afeganistão fez com que parte dos guerrilheiros do Talibã se refugiassem no Paquistão, principalmente nas áreas ao noroeste do país, com destaque para as porções norte e sul do Waziristão, província que integra o

Território Federal das Áreas Tribais (FATAs, em inglês). Esta subdivisão administrativa do país não pertence a nenhuma província paquistanesa e de controle apenas nominal por parte do governo central, gozando de efetiva autonomia. Estima-se que apenas 38% da Província da Fronteira Noroeste e das regiões em sua proximidade encontram-se sob domínio do governo paquistanês (ZAGO, 2009). Como dito anteriormente, o principal grupo étnico que compõe a região são os *pashtuns*, uma população tribal dividida entre o Paquistão e o Afeganistão.

O grupo adota práticas econômicas e um estilo de vida essencialmente agrário e é de maioria muçulmana sunita, sendo uma pequena parcela xiita. A relação entre a etnia e o Talibã é profunda, uma vez que ela é a principal integrante do movimento (ZAGO, 2009). Além disso, o contingente de pessoal do Talibã é, em grande parte, formado por indivíduos de nacionalidade paquistanesa, ou por homens que possuíram relações com o Paquistão ao longo de sua vida. Em virtude disso, a partir de 2004 o Talibã passou a se reestruturar dentro do Paquistão, sendo que, em 2009, a atuação do grupo se tornou mais marcante, atraindo uma resposta por parte das Forças Armadas do Paquistão, que começaram a travar uma verdadeira guerra contra o movimento e pelo controle de territórios. Essa resposta agressiva por parte do governo paquistanês em relação ao seu antigo aliado se justificou pelo alinhamento da política externa paquistanesa com a política externa estadunidense na região, considerando o Paquistão um elemento-chave no combate ao terrorismo internacional (ZAGO, 2009).

Dentre as características das regiões tribais paquistanesas que favoreceram a instalação e organização do Talibã entre as populações locais, pode-se citar a situação econômica em deterioração, entendida como uma motivação recorrente para os conflitos violentos (SHAKIRULLAH *et al*., 2020). Os indicadores socioeconômicos, que incluem a taxa de alfabetização, saúde e educação, são menores nas áreas tribais do que em comparação com as médias nacionais. Ademais, antes da junção das áreas tribais com a Província da Fronteira Noroeste, não havia qualquer forma de polícia ou sistema legal que pudesse operar a manutenção eficiente da justiça na região, fato que, por sua vez, pode ser relacionado com a prevalência de conflito violento na área estudada.

Pobreza extrema, desemprego, defasagem na oferta de serviços básicos, como saneamento e transporte, baixíssimas taxas de escolaridade e ausência de conscientização política são todos fatores que levaram as populações locais a acolherem os militantes do Talibã (SHAKIRULLAH *et al*., 2020). Os autores destacam que dentre outras causas, esses foram os fatores que mais influenciaram a erupção do conflito violento na região.

Desde a fundação do Paquistão em 1947, as comunidades locais estiveram sob o controle de três forças políticas: o *Mullah*[5], o *Malik*[6] e o Agente Político (atual Deputado Comissionado de um distrito tribal)[7], que induziram e afetaram as vidas das comunidades locais através de interferência direta em questões de sobrevivência. Os autores ainda pontuam que as comunidades locais seguiam essas três forças por desconhecerem os seus direitos e deveres, sendo deliberadamente mantidos nesse estado pelas instituições estatais. As comunidades do Waziristão do Norte têm um acesso limitado aos direitos humanos fundamentais e completa ausência de liberdade de expressão, além de sistemas de educação e saúde precários, sendo que a posição do governo paquistanês é de completo desinteresse em empoderar as comunidades locais nas áreas tribais (SHAKIRULLAH *et al*., 2020).

Conforme Shakirullah *et al*. (2020), quatro tipos de indivíduos foram principalmente influenciados e atraídos pela militância fundamentalista islâmica no Waziristão do Norte: os analfabetos, os "ignorantes" (termo aqui empregado na concepção definida pelos autores daqueles indivíduos com ausência de consciência política e baixa taxa de escolaridade) e os jovens desempregados, foram facilmente convencidos pela retórica religiosa dos militantes; os fracos e sem poder, com um *status* socioeconômico baixo entre os membros de suas comunidades, e que se juntaram à militância por não terem qualquer outro meio de subsistência e poder; uma fração menor de indivíduos que apoiavam sinceramente a *jihad* e não tinham qualquer interesse oculto, sendo pessoas com um taxa de escolaridade relativamente superior à média da população e prontas para morrer pela causa; e, por último, criminosos e indivíduos com dívidas com os membros tribais, que se juntaram ao Talibã como forma de se protegerem de vinganças de seus inimigos e do governo (SHAKIRULLAH *et al*., 2020).

A inserção do Talibã nas comunidades locais, em um primeiro momento, se fez sentir por meio da imposição de um senso de justiça em uma região até então marcada pela ausência de quaisquer estruturas ou códigos legais que fizessem com que a justiça fosse aplicada. Gradualmente, o Talibã se apropriou das questões locais substituindo o sistema *Jirga* pela sua *shurah* (conselho de clérigos religiosos), onde as disputas eram rapidamente resolvidas, gratuitamente e na maioria das vezes atendendo às expectativas

[5] Título geralmente usado para se referir a um homem muçulmano, educado na teologia islâmica e na lei sagrada (*sharia*).
[6] Palavra árabe que pode ser traduzida para algo semelhante a "rei" ou "chefe", usada para designar um tipo específico de chefe político.
[7] Cargo político adotado dentro da Província da Fronteira Noroeste (*Khyber Pakhtunkhwa*).

das partes (SHAKIRULLAH *et al*., 2020). Dessa forma, o Talibã ganhou a confiança das comunidades locais em um período muito curto, entre 2005 e 2006, fazendo com que a maioria da juventude local, em particular, se inspirasse e aderisse ao movimento fundamentalista. Posteriormente, o grupo passou a mediar os conflitos com o uso da força, sendo que a maioria dos casos era resolvida de forma enviesada ou apressada, conforme o Talibã passou a aceitar subornos das partes envolvidas (SHAKIRULLAH *et al*., 2020). Nesse ponto, as comunidades locais se encontravam impossibilitadas de reverter a conjuntura, visto que o Talibã havia se tornado tão poderoso que ninguém poderia influenciá-lo ou desafiá-lo.

Cabe destacar também o papel da religião no conflito, dado que a cultura jihadista e a retórica religiosa, além das inspirações dos indivíduos em relação a esses dois elementos, foram habilmente manipulados pelo Talibã para fortalecer o caráter fundamentalista do movimento (SHAKIRULLAH *et al*., 2020). Nesse sentido, por exemplo, as histórias de guerrilheiros do Talibã, em particular mortos no Afeganistão, foram glorificadas e propagadas por diversos meios de comunicação, como forma de alcançar a maior audiência possível. O único entretenimento permitido pelos militantes na região era a reprodução das centenas de poemas épicos glorificando a luta contra os Estados Unidos, a Organização do Tratado do Atlântico Norte e as forças de segurança afegãs no país.

É importante destacar ainda que a política paquistanesa é marcada pela negligência e pela instabilidade, principalmente em relação à manutenção das áreas tribais, verificável na ausência de direitos políticos entre as populações tribais. Dessa forma, a instauração de um senso de justiça e a promoção de serviços básicos pelos talibãs foi amplamente acolhida pelas populações tribais. Por fim, a cultura local e as tradições dos povos tribais da região operam um papel na inserção do Talibã entre a população local, já que os códigos tribais, em destaque o *Pashtunwali*, determinam uma série de comportamentos de hospitalidade e recepção, além de impor uma obrigação absoluta de vingança contra qualquer tipo de opressão cometida contra a população tribal. Todos esses fatores combinados resultaram em uma conjuntura de frustração e radicalização das populações tribais.

É importante destacar, ainda, alguns dos dados que resultam da Guerra no Noroeste do Paquistão. Segundo informações divulgadas pela Autoridade de Gestão do Distrito de FATA (FDMA, em inglês), o número de pessoas deslocadas internamente do Waziristão do Norte é em torno de 800 mil (KHALID; NAVEED, 2014), sendo que

muitas delas fugiram para o distrito vizinho de Dera Ismail Khan (AS DEZ…, 2009). Já em relação aos mortos, estima-se um número maior do que sete mil pessoas[8], no período de 2002 a 2004, no início da "Guerra contra o Terror", enquanto no período de 2004 a 2014, esse número era de três mil (HUNTER, 2014). Sobre isso, destaca-se que a morte de milhares de membros das tribos que não puderam deixar a região, principalmente mulheres, crianças e jovens, foi recorrentemente justificada como um "dano colateral do conflito" (KHAYYAM, 2016).

Ainda em relação ao número de mortos, é válido salientar que, no período em que o sentimento antissoviético se transformou num sentimento antitalibã, resultando numa desconfiança entre os *pashtuns* de forma geral, centenas de chefes tribais foram mortos e vários outros foram coagidos a fugir (KHAYYAM, 2016). Aqueles que conseguiram se deslocar durante a guerra, ao retornarem para sua terra natal tribal, sentem-se como refugiados em seu próprio território porque estão sob controle de outras lideranças. No Waziristão, a cultura e os valores das tribos locais foram arruinados pelo Talibã e pelo governo paquistanês, devido às políticas e aos anos de guerra (KHAYYAM, 2016).

A partir do que foi exposto, coteja-se que a Guerra no Noroeste do Paquistão é um conflito intraestatal com envolvimento estrangeiro. Essa classificação é atribuída aos conflitos que ocorrem entre forças armadas organizadas nas fronteiras de um determinado Estado, em que uma das partes envolvidas (ou ambas) recebe o apoio de outros governos que possuem participação ativa, como, por exemplo, financeiros, militares e outros (SAMBANIS, 2004; SANTOS, 2011). Além disso, como visto em Khalid e Naveed (2014), a situação no Waziristão se insere na categoria de conflito de poder, que ocorre quando cada parte, sejam Estados, indivíduos ou grupos, têm o intuito de manter poder máximo.

Após anos de campanhas militares sangrentas na região, parece ter terminado o conflito no Waziristão do Norte, agora sob dominação efetiva do Exército Paquistanês (BERNETT-JONES, 2017). Pode-se notar que o principal saldo desse conflito é a destruição da infraestrutura civil nas áreas tribais, como, por exemplo, vilas que foram reduzidas a escombros. Além disso, podem-se somar as perdas humanas e o êxodo forçado de paquistaneses. Todavia, o Exército Paquistanês assumiu o compromisso de

[8] Informação preenchida com base no período de 2002-2011 e com a aplicação dos seguintes filtros: confronto armado, violência contra civis (rapto/desaparecimento forçado, ataque, violência sexual) e explosão/violência remota (golpe aéreo/drone, arma química, granada, explosivo remoto/mina terrestre/IED, bombardeio/artilharia/ataque de mísseis e bomba suicida); FATA no Paquistão; atores: forças do Estado, forças rebeldes, milícias políticas, identidade de milícias, forças externas/outras forças; todos os tipos de interação.

reconstruir a infraestrutura como forma de atrair a população de volta às suas vilas, com projeto que compreende a construção de novas estradas, escolas e hospitais. Por fim, vale ressaltar que, apesar desses esforços de manutenção da paz na região, muitos militantes jihadistas fugiram pela fronteira com o Afeganistão, de onde passaram a operar ataques nas áreas tribais.

REFERÊNCIAS

AS DEZ Maiores Crises Humanitárias de 2009. Médicos Sem Fronteiras, 2009. Disponível em: https://www.msf.org.br/noticias/dez-maiores-crises-humanita rias-de-2009. Acesso em: 11 dez. 2021. TMG Editor. 30,000 flee Pakistan offensive against Taliban.

BERNETT-JONES, Owen. North Waziristan: What happened after militants lost the battle? **BBC News**. 08 mar. 2017. Disponível em: https://www.bbc.com/news/world-asia-39191868. Acesso em abr. de 2022.

BERNUCCI, Mariana Neto. **O Paquistão**: sua formação, sua organização estatal e seu conflito (caso Caxemira). *In*: V Encontro de Pesquisas Históricas, **Anais Eletrônicos** [...]. Porto Alegre: Anais do 5º Encontro Brasileiro de Integridade da Pesquisa, e Ética na Ciência e Publicação, 2018. Disponível em: https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/ephis/assets/edicoes/2018/arquivos/35.pdf. Acesso em abr. de 2022.

BOSERUP, Rasmus Alenius *et al*. **New conflict dynamics**: Between Regional Autonomy and Intervention in the Middle East and North Africa. Copenhagen: Danish Institute for International Studies, 2017.

HUNTER, Jane. 10 years on: the US covert drone campaign in Pakistan. **Action on Armed Violence**. 18 jun. 2014. Disponível em: https://aoav.org.uk/2014/10-years-us-covert-drone-campaign-pakistan/. Acesso: jul. de 2022.

KHALID, Iram. NAVEED, Arooj. Conflict in Waziristan. **South Asian Studies**, v. 29, n. 2, p. 559-582, 2014.

KHAYYAM, Umer. Waziri culture and pashtun tribal governance system: a missing link to halt the deadliest war in wild Waziristan. **Asian Journal of Social Sciences & Humanities**, v. 5, n. 1, p. 144-158, 2016.

PAKISTAN: North Waziristan strike kills ‘kill 60 militants’. **BBC News**. 21 maio 2014. Disponível em: https://www.bbc.com/news/world-asia-27498280. Acesso em mar. de 2022.

SAMBANIS, Nicholas. What is Civil War? Conceptual and empirical complexities of an operational definition. **The Journal of Conflict Resolution**, v. 48, n. 6, p. 814-858, 2004.

SANTOS, L. I. V. G. *A arquitetura de paz e seguranca africana*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

SHAKIRULLAH *et al*. The Underlying Causes of Violent Conflict in the North Waziristan Tribal Areas of Pakistan. **Civil Wars**, v. 22, n. 1, p. 114-136, 2020.

ZAGO, Evandro Farid. Noroeste paquistanês em crise: a Guerra contra o Terror e o avanço do Talibã. **Meridiano 47**, n. 107, p. 32-33, 2009.

BANGLADESH E O ISLAMISMO RADICAL EM MEIO À INSTÁVEL FORMAÇÃO POLÍTICA BENGALESA

Maurício Luiz Borges Ramos Dias[1]
Maria Carolina Boaventura Rodrigues[2]
Pedro Bergamin Talarico[3]

Fonte: Current Trigger, 2020, adaptado.

Localizado na Ásia Central, dividindo fronteiras com Índia e Myanmar e com uma população de mais de 158 milhões de indivíduos (HAIDER, 2014, p. 1), a República Popular de Bangladesh, anteriormente Paquistão Oriental, tornou-se independente em 1971, após uma Guerra Civil separatista paquistanesa ocorrida no mesmo ano. Contudo, o processo de independência resultou em desafios ao recém-formado país, visto a sua necessidade em se reconstruir por completo, de estradas e pontes a usinas e fábricas, as quais foram destruídas durante o conflito. Além disso, milhões de refugiados precisaram se restabelecer no território. Nesse panorama, era necessário operar as relações

[1] Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais 'San Tiago Dantas' (Unesp, Unicamp, PUC-SP). Graduado em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA. Membro do Observatório de Conflitos, do Observatório de Regionalismo, do Grupo de Estudos de Índia e Ásia Oriental (GESIAO) e, também, da Curadoria de Assuntos do Japão da Coordenadoria de Estudos da Ásia da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: mauriciolbrdias@gmail.com.
[2] Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp) e membro do Observatório de Conflitos. E-mail: maria.boaventura@unesp.br.
[3] Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp) e membro do Observatório de Conflitos. E-mail: pedro.talarico@unesp.br.

internacionais do país, tanto políticas como econômicas, sob um novo arranjo (ISLAM, 2016, p. 30). Em meio a esse complexo cenário, a partir de 1975, Bangladesh passou por um período de governo autoritário, orquestrado por Mujibur Rahman, que perdurou até a sua democratização em 1991 (DATTA, 2003, p. 233).

Após esse período, o desenvolvimento bengalês foi marcado por um ambiente político de incertezas e desorganização, fazendo com que houvesse uma profunda instabilidade democrática (DATTA, 2003, p. 233). Tais obstáculos resultaram em um crescente aumento do extremismo islâmico dentro de Bangladesh, fato que será abordado ao longo desse artigo. Dessa forma, questionou-se como a instabilidade política do país desde sua independência contribuiu para o arcabouço conflituoso contemporâneo entre Bangladesh e militantes radicais muçulmanos, inclusive com conexões ao Estado Islâmico. Com isso em vista, em uma abordagem histórica, tem-se como objetivo geral compreender como a formação política bengalesa colaborou para esse conflito doméstico decorrente da ação de militantes radicais islâmicos em Bangladesh, enquanto se almeja como objetivo específico apresentar como determinadas instituições desses grupos possuem contato com o Estado Islâmico. Para tanto, o artigo apresentará uma análise histórica do país, focando nas organizações e partidos radicais muçulmanos na política nacional.

Desde sua independência, Bangladesh teve diversos desafios no seu cenário político e econômico que afetaram sua estabilidade. Dentre eles, em um primeiro momento pode-se citar a falta de uma identidade nacional, visto que há uma separação entre aqueles que se enxergam identitariamente ligados à religião islâmica e outra parcela da população que entende sua identidade baseada na cultura e etnia bengalesa (HERBERT, 2019, p. 13). Nesse sentido, essa situação vai em direção inversa à coesão social, à medida que não existe um sentimento de sociedade única, estando a identidade nacional bengalesa em um longo e tortuoso processo de formação. Em segundo lugar, a falta de governança e responsabilidade política foram responsáveis por impactar diretamente na capacidade do país em manter um regime democrático, resultando em vários momentos nos quais não houve respeito ao parlamento e ao voto popular, como, por exemplo, em 1991 e 1996 (DATTA, 2013). Por fim, outro ponto importante a ser destacado, que vai de encontro ao objetivo do presente artigo, é o fato dos problemas de governança, a falta de coesão social e a instabilidade política de Bangladesh aumentarem o fervor do extremismo islâmico no ambiente doméstico (DATTA, 2003).

Paralelamente, as guerras que ocorreram em países como Síria, Iraque e Palestina, resultaram em um grande fluxo de militantes islâmicos radicais bengaleses regressos de tais conflitos, disseminando esse radicalismo no país. Em consonância a isso, de acordo com Shafi Mostofa e Natalie Doyle (2019), foi, especialmente, por conta da guerra no Afeganistão (1978-1989) que houve um grande número de militantes voltando ao país bengalês com o objetivo claro de transformar Bangladesh em um Estado Islâmico, admitindo uma ideologia mais radical e um ativismo violento. A partir desse panorama, surgiram organizações e partidos que disseminaram a cultura radical muçulmana no ambiente doméstico e político de Bangladesh (MOSTOFA; DOYLE, 2019, p. 112).

Posto isso, dentre essas organizações destacam-se: 1) Jamaat-ul-Mujahideen Bangladesh (JMB), fundado em 1998, tendo como inspiração grupos extremistas e jihadistas, além de uma forte oposição ao socialismo; 2) Harkat-ul-Jihad Al Islami Bangladesh (HuJIB), formado em 1989, que atuava insuflado na Al-Qaeda e organizações de inteligência paquistanesas, bem como objetivava em seus ataques líderes da Liga Awami (LA), partido conhecido pela sua laicidade (ROUL, 2016, p. 28). Além disso, ambas organizações compartilham a meta de criar um "neo-Califado" no país, inspirando-se tanto na ideologia talibã quanto em grupos terroristas internacionais, como a Al-Qaeda (MOSTOFA; DOYLE, 2019, p. 112).

Outrossim, inseriu-se nesse cenário o Partido Nacionalista de Bangladesh (PNB), que disputa a cena política com a LA desde a independência do país. Com o assassinato do presidente Mujib Rahman em 1975 e a tomada do poder em 1977 pelo general Ziaur Rahman, filiado ao PNB, o islamismo foi sua base de apoio, essencialmente a partir de uma aliança com o partido Jamaat-e-Islami Bangladesh (JIB), renegando a cultura bengalesa e impondo a muçulmana como identidade nacional, fato que foi de suma importância no desenvolvimento islâmico na política do país (DATTA, 2003, p. 241).

Diante dessa perspectiva histórica, após o fim da ditadura bengalesa iniciada em 1975, somente a partir de 1991 que o cenário político de Bangladesh foi representado pelo retorno da democracia eleitoral, acompanhado pela continuidade da rivalidade entre os dois partidos mencionados acima. As eleições na recém-concretizada democracia exprimiram-se pela presença de violência política e tensões acentuadas na disputa de poder entre os dois partidos. Por tais fatos, a luta por espaço político e a agenda desses partidos centralizou-se em objetivos e alianças para a concretização de resultados eleitorais majoritários. Corroborando tal ponto, Siân Herber (2019, p. 4) demonstra que a estratégia adotada por parte do PNB para a concretização desse intento por poder foi

buscar alianças com partidos de viés islâmico, dada a capacidade desses em mobilizar seus seguidores na política, propiciando um grande público eleitoral. Nesse panorama, concretizou-se a aliança do PNB com o JIB (HERBER, 2019, p. 4) que corresponde a um dos variados partidos políticos de viés e militância islâmica presentes no cenário político de Bangladesh.

Como escreve Schendel (2009, p. 207), o JIB, assim como a generalidade dos partidos islâmicos do país, fundamenta seus princípios no propósito de fundar uma democracia de regime islâmico em solo bengalês. Contudo, a história do JIB após a independência bengalesa marcou-se por um papel volátil, essencialmente pela já demonstrada oposição entre os dois principais partidos do país e o intento de poder desses. Nisso, dada a importância da religião islâmica na constituição cultural no país, a dimensão religiosa, com o surgimento de Bangladesh como Estado independente, deparou-se com um cenário propenso à preponderância islâmica na política.

Nesse sentido, as políticas ministradas pelo partido PNB durante a ditadura no país resultaram em um prestígio islâmico no país de modo a obter benefícios próprios. Isso representou uma oposição ao objetivo inicial da declaração de independência de Bangladesh, que pregava a sua secularização. Decorrendo de tal conjuntura, o islamismo ganhou gradualmente segmentos no sistema eleitoral bengalês, como foi o caso do JIB e o ressurgimento, como mostra Van Schendel (2009, p. 234), de políticos islâmicos afastados e reclusos da política da Bangladesh recém-independente.

Contudo, os atores da presença islâmica no Estado bengalês, pelos próprios moldes da ação política islâmica, pautaram-se em uma oposição aos laços da democracia tradicional e da preconização democrática ostentada à época da independência. Apostou-se, para tanto, na radicalização política islâmica. Van Schendel (2009, p. 234) remete que esse radicalismo começou no país durante os anos 1990, sendo o JIB um dos responsáveis por tal cenário por meio de ligações com o modo de atuar politicamente do Talibã. A influência do regime Talibã, como já vista ao longo do artigo, é, também, um ponto fulcral ao ter em vista o entendimento da ascensão islâmica em Bangladesh a partir de uma perspectiva internacional conjuntural. Assim sendo, o autor Ali Riaz (2016, *apud* MOSTOFA; DOYLE, 2019, p. 113) divide a militância islâmica bengalesa por fases, essas iniciam-se com cidadãos muçulmanos bengaleses regressos da guerra do Afeganistão, responsáveis por irromper uma militância radical no país a partir das influências internacionais de *modus operandi* tidas por esses.

Por tal conjuntura, depreendeu-se que desde os primórdios de sua ação a militância islâmica bengalesa fundamenta-se pelo apoio e influência estrangeira, mas também em um ambiente doméstico propício à instrumentalização islâmica para fins políticos. Diante desse cenário, a fim de uma visão e consolidação de sua militância política no país, condutas foram tomadas pelos militantes islâmicos bengaleses a partir de 2005. Em um primeiro ponto, o avanço desses militantes, além das já vistas alianças com partidos preponderantes do país, respaldou-se por ações marcadas, em essência, por ataques internos em Bangladesh. Nessa perspectiva, entra a ação do também partido islâmico JMB, que, como demonstra o Uppsala Conflict Data Program ([2022]), tem fortes laços com o JIB e afiliação ao Estado Islâmico. De tal ponto, como também demonstram esses dados, os resultados de atentados do JMB com laços islâmicos representaram um número de 44 mortes desde 1998, ano de sua estruturação, até 2022, (UPPSALA CONFLICT DATA PROGRAM, s/d). Nesse todo, percebeu-se, então, a imbricação da militância islâmica bengalesa, com teores extremistas, em atores de Bangladesh.

Nesse panorama, o aumento de ataques terroristas em solo bengalês, somado ao fim do governo representado pelo PNB em 2006 (HASAN, 2011, p. 9), o qual demonstrava conivência ao não combate de militâncias radicais, representou o início de um combate político interno entre o governo bengalês e tais partidos radicais islâmicos e seus atos. Ademais, com a eleição de membros da LA para as funções de chefe de Estado e chefe de governo do país, em 2009, o combate ao islamismo na política ganhou ainda mais força (MONTERO, 2011). Nessa perspectiva, a LA a fim de combater a presença do islã político em Bangladesh apoiou-se na justificativa de julgamento dos crimes de guerra cometidos em nome do islamismo extremista durante a independência, retomando a narrativa histórica de que membros do partido foram duramente dizimados nesse período por bengaleses muçulmanos em associação ao Governo do Paquistão (MONTERO, 2011).

Como reflexo inicial dessas ações, constatou-se a partir de 2007 um considerável desmonte da estrutura de partidos radicais islâmicos do país, a exemplo do JMB, no que foi considerado, como mostra Bashar (2011, p. 19), um período de dormência de grupos islâmicos militantes em Bangladesh. Entretanto, esse intervalo findou-se com o reavivamento desses grupos a partir de 2014. Para tanto, apoiaram-se em redes de apoio transnacionais e fizeram-se presentes na rotina do país a partir de ataques terroristas, que passaram a ser reivindicados por entidades islâmicas estrangeiras. Além disso, outro

ponto importante que permitiu esse reavivamento do islã político foi o uso da internet e redes sociais como meio de mobilização de jovens para essa militância, aproveitando-se de um cenário de insatisfação desses com a política do país (DOYLE; MOSTOFA, 2019, p. 114), dominada pelas constantes tensões entre o LA e o PNB, e fazendo uso da disseminação da ideia do cenário de Bangladesh ser exageradamente secular (BASHAR, 2015, p. 20).

Diante de tais pontos, como escrevem Mostofa e Doyle (2019, p. 113), em 2014 foi assumida pela Al-Qaeda a existência de uma filial do grupo na região de Bangladesh, formando a chamada Al-Qaeda no Subcontinente Indiano (AQSI). Mostofa e Doyle (2019, p. 113) ainda mostram que também no mesmo ano o Estado Islâmico passou a declarar explicitamente suas intenções de exercer influência em território bengalês. Assim sendo, as ligações e influências diretas externas resultaram em uma maior visibilidade e tensão sobre o papel da militância radical islâmica na política do país mesmo com as reiteradas e recentes tentativas do Estado de Bangladesh de desmobilizar a militância política islâmica no país.

Diante do exposto, como reflexo da formação política bengalesa, marcada por instabilidades domésticas e disputas, inclusive relacionadas a partidos islamistas radicais, a partir da década de 2010, gradualmente, a conflagração entre o Estado de Bangladesh e os militantes extremistas muçulmanos do país encontrou maior intensidade, com reverberações e influências estrangeiras, garantindo-lhe a condição de conflito interno com envolvimento estrangeiro. De forma complementar, como mostra Bashar (2011, p. 22), Bangladesh apresentou falhas em se organizar para o combate contra o terrorismo, tornando essa questão ainda mais complexa frente ao envolvimento estrangeiro ocorrido entre esses grupos e ao aumento da luta política entre o partido PNB e o LA. Esse conflito é amplo e marcado pela presença de diversos atores, que mesmo almejando a criação de um Estado islâmico no país usam de meios diferentes para tanto, de ataques terroristas a alianças políticas. Por fim, o contexto atual do país é marcado pela incerteza sobre o conflito e a segurança dos civis de Bangladesh. Apesar do último ataque considerável, conhecido como ataque do *Holey Artisan Bakery* e que resultou em 20 mortes, ter ocorrido em 2016 e a partir de 2017 terem sido registrados poucos relatos de investidas terroristas intensas no país, o alarme quanto a esses ainda reverbera no Estado bengalês, assim como suas consequências, principalmente políticas.

REFERÊNCIAS

BASHAR, Ifterkharul. ISIS, AQIS and the Revival of Islamist Militancy in Bangladesh. **Counter-Terrorism Trends and Analyses**, v. 7, p. 18-23, 2015. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/26351362. Acesso em: 30 mar. 2022.

BANGLADESH siege: Twenty killed at Holey Artisan Bakery in Dhaka. **BBC**. 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/news/world-asia-36692613. Acesso em: 8 abr. 2022.

CURRENT TRIGGER. **Bangladesh Hindus bear Temple desecration, houses burnt as Islamist rage over France**. Current Trigger. Disponível em: http://www.currentriggers.com/world/bangladesh-hindus/. Acesso em: 8 abr. 2022.

DATTA, Sreeradha. Bangladesh's Political Evolution: Growing Uncertainties. **Strategic Analysis**, p. 233-249, 2003.

HAIDER, Zaglul. Islam in Bangladesh. **World Almanac of Islamism**, p. 1-12, 2014.

HASAN, Mubashar. Democracy and Political Islam in Bangladesh. **South Asia Research**, v. 31, p. 97-117, 2011.

HERBERT, Siân. Conflict Analysis of Bangladesh. **K4D Helpdesk**, Brighton, Report 599, 13 maio 2019.

ISLAM, S. Nazrul. **Governance for Development**: Political and Administrative Reforms in Bangladesh. 1 ed. Palgrave Macmillan, 2016.

MONTERO, David. **Na construção de um Estado laico em Bangladesh. Le Monde Diplomatique Brasil.** 2011. Disponível em: https://diplomatique.org.br/na-construcao-de-um-estado-laico-em-bangladesh/. Acesso em: 7 abr. 2022.

MOSTOFA, Shafi Md; DOYLE, Natalie J.. Profiles of Islamic Militance in Bangladesh. **Perspectives on Terrorism**, v. 13, p. 112-119, 2019.

MOSTOFA, Shafi Md. Understanding Islamist Militancy in Bangladesh. **Journal of Asia and African Studies**, p. 1-16, 2021.

ROUL, Animesh. How Bangladesh Became Fertile Ground for al-Qa`ida and the Islamic State. **CTC SENTINEL**, p. 27-34, 2016.

UPPSALA CONFLICT DATA PROGRAM. **Actor: JMB**. Uppsala Conflict Data Programme (UCDP). [2022]. Disponível em: https://ucdp.uu.se/actor/1218. Acesso em: 8 abr. 2022.

VAN SCHENDEL, Willem. **A HISTORY OF BANGLADESH**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

DIRETO NO FRONT

FORNECIMENTO DE ARMAMENTOS DOS ESTADOS UNIDOS PARA A ARÁBIA SAUDITA E POSSÍVEIS CRIMES HUMANITÁRIOS: UMA ANÁLISE SOBRE A GUERRA NO IÊMEN

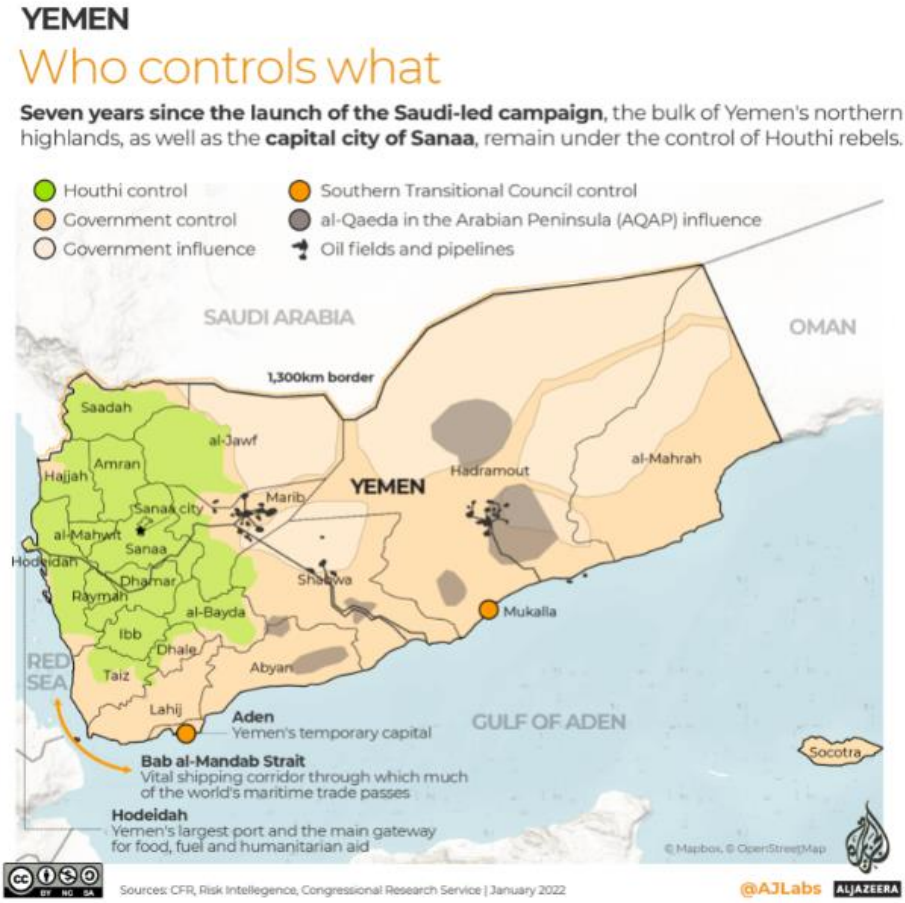
Beatrice Daudt Bandeira[1]
Heitor Cassiano Senra Neves[2]

O movimento que teve início no Iêmen em 2015 como uma série de manifestações populares pela deposição do presidente Ali Abdullah Saleh, no contexto da Primavera Árabe (2011), no mesmo ano progrediu para um violento conflito armado entre grupos separatistas e legalistas iemenitas, favoráveis ao governo eleito do ex-presidente Abd Rabbuh Mansur Al-Hadi. Desde sua gênese, o conflito conta com a interferência de potências regionais como a Arábia Saudita e o Irã, e de grupos extremistas islâmicos, como a Al-Qaeda na Península Arábica (AQAP, na sigla em inglês) e o Estado Islâmico. Atualmente, a guerra no Iêmen configura um "desastre humanitário", como bem destaca as Nações Unidas, sendo que desde o início do conflito foram contabilizadas mais de 233 mil mortes, das quais 131 mil foram resultado da falta de alimentos e da disponibilidade dos serviços de saúde no país (A 'GUERRA..., 2022).

O cenário de crise humanitária pode ser visto como facilitado pelo bloqueio imposto em 2017 pela coalizão internacional liderada pela Arábia Saudita (FARIA, 2020), que impediu o fornecimento de insumos médicos e de alimentos ao país. Tal bloqueio trata-se de uma resposta a um ataque de míssil dos houthis em direção a Riad, capital saudita, realizado no mesmo ano (GRAAN, 2017). Os houthis são um grupo rebelde e separatista que atua principalmente na região oeste do país e que, no início do conflito, contou com o apoio do ex-presidente Saleh, até o rompimento formal entre os dois atores com seu assassinato no ano de 2017 por um dos rebeldes do grupo (EX-PRESIDENTE..., 2017). A Figura 1 mostra o controle territorial dos diferentes atores envolvidos no conflito iemenita.

[1] Mestranda em Relações Internacionais no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais 'San Tiago Dantas' (Unesp, Unicamp, PUC-SP). Membro do Observatório de Conflitos do GEDES. Contato: beatricedaudtb@gmail.com.
[2] Graduando em Relações Internacionais na Unesp, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Campus de Franca. Membro discente do Observatório de Conflitos do GEDES. Contato: heitor.neves@unesp.br.

Figura 1 - "Iêmen: quem controla o quê?"



Fonte: HADDAD, 2022.

Desde 2015, a coalizão composta por oito países árabes, majoritariamente sunitas e apoiados pelos Estados Unidos, Reino Unido e França, direciona ataques aéreos contra os houthis no país com o objetivo de restaurar o governo de Hadi, sucessor de Saleh. Todavia, as ações militares da coalizão são alvo de críticas internacionais, por ter alvos não militares o que, consequentemente, gera um número elevado de mortes e feridos civis, bem como pela destruição da infraestrutura iemenita. Frente a tal cenário, o presente artigo tem como objetivo contribuir para a discussão sobre a configuração política do conflito no Iêmen e o envolvimento dos Estados Unidos, bem como sobre os reflexos do fornecimento de armamentos estadunidenses para a Arábia Saudita enquanto um fator determinante para a crise humanitária instaurada atualmente no país.

As ações da coalizão árabe e as consequências para a população iemenita

O conflito iemenita tem suas origens na Primavera Árabe (2011) quando uma revolta popular expressou o descontentamento da população com o governo do então

presidente Ali Abdullah Saleh e passou a exigir a sua retirada. Na ocasião, o movimento foi violentamente reprimido pelas forças do governo. A manutenção do clima de insatisfação e a sucessão de crises internas, além de diversas denúncias internacionais de corrupção e violação dos direitos humanos, levaram o presidente Saleh a renunciar em 2014 em favor de seu vice, Abd Rabbuh Mansur Hadi. O presidente Hadi governou em meio a um ambiente de profunda instabilidade caracterizado pelos crescentes ataques da Al-Qaeda e de um movimento separatista no sul do país, por denúncias de corrupção, pelo aumento da insegurança alimentar da população e ainda pelo fato de que muitos militares seguiam leais ao governo anterior de Saleh.

Neste cenário, o movimento houthi, que defende a minoria xiita zaidi do Iêmen[3] e que, ainda na década passada, lutou em rebeliões contra Saleh, se aproveitou do contexto de instabilidade para assumir o controle da província de Saada e de zonas próximas. Desiludidos com a conjuntura política, muitos iemenitas, mesmo sunitas, apoiaram os houthis, e ao final de 2014 os rebeldes tomaram Sana, a capital do país, forçando Hadi a se exilar na Arábia Saudita, país ao qual teria solicitado apoio militar (SAIBA..., 2015). Em março de 2015, a Arábia Saudita e outros oito países árabes - dentre eles, Emirados Árabes Unidos, Egito, Marrocos (até 2019), Jordânia, Sudão, Kuwait, Qatar (até 2017) e Bahrein - formalizaram uma coalizão internacional e passaram a promover ataques aéreos sistemáticos contra alvos houthis no Iêmen.

No mesmo mês, os Estados Unidos declararam apoio ao governo de Hadi e sua participação na coalizão liderada pela Arábia Saudita. Neste período, em comunicado oficial, a então porta-voz do Conselho Nacional de Segurança dos Estados Unidos, Bernadette Meehan, informou que o então presidente Barack Obama havia autorizado a provisão de apoio logístico e de inteligência para operações lideradas pelo Conselho de Cooperação do Golfo (GCC, na sigla em inglês), além de estabelecer um plano conjunto com a Arábia Saudita para o fornecimento de apoio militar e estratégico norte-americano (MEEHAN, 2015).

A coalizão temia que o sucesso dos houthis daria ao Irã, rival regional e país majoritariamente xiita, um ponto de apoio no Iêmen, vizinho da Arábia Saudita. O país saudita acusa o governo de Teerã de fornecer apoio militar e logístico aos rebeldes

[3] De acordo com o *World Factbook* (2022) da agência de inteligência norte-americana, CIA, o Iêmen é composto majoritariamente por árabes, mas também por afro-árabes, sul asiáticos e europeus. Quanto à religião, o país é dividido entre muçulmanos (99,1% da população, sendo 65% sunitas e 35% xiitas) e praticantes de outras religiões (0,9% da população), como judeus, hindus, cristãos e praticantes da Fé de Baha'i.

houthis, acusação que o Irã nega. As tropas da coalizão conseguiram se estabelecer na cidade imenita de Áden e expulsaram os houthis e seus aliados de grande parte do país. Já em abril de 2022 o presidente Hadi, que estava em exílio em Riad desde 2015, retornou ao Iêmen para renunciar o governo em prol de uma aliança anti rebeldes em meio a novos esforços de negociações de paz frente a instaurada crise humanitária que assola o país nos últimos sete anos (PRESIDENTE..., 2022).

Conforme o *Yemen Data Project* (2022), projeto independente de coleta de dados que tem como objetivo disseminar informações sobre a conduta dos atores políticos no conflito no Iêmen, desde o início da campanha aérea da coalizão liderada pela Arábia Saudita, foram registrados mais de 25 mil ataques aéreos, com um balanço de mais de 8 mil mortos e mais de 10 mil feridos. Os ataques da coalizão se concentram na porção oeste do país (antigo "Iêmen do Norte")[4], região em que se registram as atividades dos houthis, com destaque para os distritos de Sana e Sadah. Ainda com base nos dados divulgados, pode-se identificar picos de violência entre março de 2015 e março de 2018, um novo processo de intensificação a partir de janeiro de 2020 e ainda um novo pico de violência no início do ano de 2022 (YEMEN DATA PROJECT, 2022). No entanto, a partir de março verificou-se um arrefecimento das hostilidades da coalizão, possível resultado do avanço nas negociações de paz entre as partes (SALEM; KOLIRIN, 2022).

Envolvimento dos Estados Unidos e a crise humanitária

A estabilidade do Iêmen é uma preocupação fundamental para os Estados Unidos, por se tratar de um dos maiores exportadores de petróleo do Oriente Médio, além de arriscar enfraquecer a influência regional da Arábia Saudita, aliado norte-americano na região, com a destituição de um governo pró-Estados Unidos e Arábia Saudita e a instituição de uma aliança rebelde, similar ao que ocorreu no Afeganistão no início de 2022, com a tomada do governo pelos Talibãs. O suporte norte-americano é visível no seu expressivo apoio político a Hadi e no fornecimento de armamentos à Arábia Saudita durante os anos de conflito. Conforme dados do *Stockholm Institute for Peace Research* (2015) (divulgados no SIPRI Yearbook de 2015) entre os anos de 2010 e 2014 os Estados

[4] Em 1988, o país se dividiu entre suas porções oriental e ocidental, com a criação da República Popular Democrática do Iêmen ao leste, com a capital em Áden, e a República Árabe do Iêmen ao oeste, com a capital na cidade de Sana'a (GEO HISTORY, 2018). A divisão entre as duas Repúblicas partiu de divergências ideológicas entre os grupos políticos dominantes nos dois Estados, sendo a República Popular governada por um partido único socialista e alinhada à União Soviética, enquanto a República Árabe manifestava a manutenção dos costumes fundamentados na *sharia*, espécie de legislação islâmica. A reunificação ocorreu em 1990, com a aproximação dos dois governos e o enfraquecimento da União Soviética.

Unidos foram responsáveis por 32% do fornecimento mundial de armamentos para a região do Oriente Médio, sendo seus principais parceiros a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos, acompanhados de outros países do Golfo. Ainda no período analisado, a Arábia Saudita se destacou como o segundo maior importador mundial de armamentos, concentrando 23% das importações na região.

Com o crescimento do volume dessas importações e maior sofisticação dos materiais militares utilizados, a tendência foi a de os Estados árabes empregarem o uso de armamentos em operações extraterritoriais, inclusive no Iêmen. Dados atuais divulgados pelo Serviço de Pesquisa do Congresso Norte-americano (2020), reafirmam que os Estados Unidos continuam sendo os principais fornecedores de armamentos para o Oriente Médio, sendo que esta prática é um dos mais importantes meios do Congresso Nacional de influenciar a política externa norte-americana para a região, uma vez que todos os pedidos de comercialização de armamentos são revisados e autorizados pelo Congresso, o que garante certa centralidade dessa instituição na discussão.

As tentativas do Congresso de aumentar a supervisão do uso de armamentos norte-americanos pelos sauditas em operações no Iêmen, bem como de rejeitar a venda de armamentos e munições adicionais para o Exército Saudita, foram vetadas pelo ex-presidente Donald Trump, permitindo a continuidade dessas vendas. Diante do Congresso Nacional, oficiais dos Departamentos de Estado e de Defesa reconheceram a ocorrência de causalidades civis em ataques da Arábia Saudita e da coalizão. No entanto, foi reiterado que os Estados Unidos promoveram treinamentos com o objetivo de aumentar a precisão dos ataques, e diminuir as causalidades civis, o que não aconteceu. Neste sentido, se questiona se a venda de munições e armamentos norte-americanos para países envolvidos no conflito do Iêmen e acusados de violações dos direitos humanos pode ser considerada como um fator de responsabilidade compartilhada.

Para além dos números de mortes e feridos civis vítimas do conflito, atualmente estima-se que em torno de 23,4 milhões de pessoas no Iêmen precisam de algum tipo de assistência humanitária (UN NEWS, 2022). Conforme informações disponibilizadas pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, em torno de 19 milhões de pessoas sofrem de insegurança alimentar no país e 4,2 milhões estão em situação de deslocamento forçado (WFP, 2022). Diante dessa conjuntura, a Arábia Saudita e seus aliados (especialmente os Emirados Árabes Unidos) são acusados de desrespeitarem as regras do Direito Internacional Humanitário (DIH). As acusações mencionam, por exemplo, o identificado uso desproporcional e indiscriminado da força (FARIA, 2020),

inclusive contra a infraestrutura civil do país: escolas, hospitais, farmácias e supermercados, por exemplo.

O reconhecimento do princípio da legalidade da autodefesa, ou seja, do emprego de meios militares para a eliminação de fontes de insegurança para determinado Estado, contanto que tais fontes de segurança ameaçam diretamente a estrutura social desse país, justifica o fornecimento de aparatos bélicos por parte dos Estados Unidos para seus aliados, como forma de aumentar sua segurança interna e diminuir as ameaças, sobretudo de grupos armados não estatais. Por outro lado, como destaca o DIH, mesmo na guerra devem ser impostos limites sobre a violência e os princípios humanitários devem ser priorizados, evitando os ataques feitos de forma desproporcional ou indiscriminada.

O argumento da autodefesa foi usado para justificar a manutenção do apoio prestado pelos Estados Unidos para Israel e contra a Palestina, por exemplo. No caso de apoio à Árabia Saudita, tal estratégia da autodefesa é uma forma de reforçar a influência desse parceiro regional, bem como de dificultar o fortalecimento do Irã na região, inimigo tanto saudita quanto estadunidense. Nesse sentido, a guerra iemenita pode ser entendida como uma guerra por procuração[5], na qual tanto os Estados Unidos e a Arábia Saudita quanto o Irã mobilizam seus apoios para grupos envolvidos no conflito, com o objetivo de influenciar os resultados do conflito, como forma de assegurar seus interesses políticos, sem precisarem mobilizar suas próprias tropas. Todavia, entende-se, por fim, que neste complexo cenário de interesses políticos entre atores nacionais, regionais e internacionais, a manutenção da venda de armamentos e munições por parte dos Estados Unidos pode ser entendida como uma aprovação de tais campanhas militares contra grupos armados no Iêmen, e que tem apresentado reflexo direto na conjuntura humanitária.

REFERÊNCIAS

A ‘GUERRA esquecida’ no Iêmen: 8 anos de conflito e 700 ataques aéreos em um mês. **BBC News Brasil**, 2022. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60758741. Acesso em maio. de 2022.

CONGRESSIONAL RESEARCH SERVICE. Arms sales in the Middle East: Trends and Analytical Perspectives for U.S. Policy. **Congressional Research Service**, 2020. Disponível em: https://sgp.fas.org/crs/mideast/R44984.pdf. Acesso em jun. de 2022.

[5] Segundo Loveman (2004, p.32), as guerras por procuração seriam conflitos que contariam com a “participação, normalmente de Grandes Potências, de forma indireta em um conflito de terceiros, com o objetivo de influenciar o seu resultado estratégico”.

EX-PRESIDENTE do Iêmen morre após ser alvo de ataque. **G1 Mundo**, 2017. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/casa-de-ex-presidente-do-iemen-e-alvo-de-ataque.ghtml. Acesso em maio. de 2022.

FARIA, Marcelo. Guerra do Iêmen: a ilegalidade internacional do bloqueio dos portos. **Revista Relações Exteriores**, 2020. Disponível em: https://relacoesexteriores.com.br/guerra-no-iemen-a-ilegalidade-internacional-do-bloqueio-dos-portos/. Acesso em maio. de 2022.

GEO HISTORY. Yemen - 28 years of history on a Map. **YouTube**, 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=M1Am70v8y5A.

GRAAN. Rebeldes houthi do Iêmen lançam míssil balístico contra capital da Arábia Saudita. **Estratégia Global**, 2017. Disponível em: https://estrategiaglobal.blog.br/2017/11/rebeldes-houthi-do-iemen-lancam-missil-balistico-contra-capital-da-arabia-saudita.html. Acesso em maio. de 2022.

HADDAD, Mohammed. Infographic: Yemen's war explained in maps and charts. **Al Jazeera News**, 2022. Disponível em: https://www.aljazeera.com/news/2022/2/9/yemens-war-explained-in-maps-and-charts-interactive. Acesso em jun. de 2022.

IÊMEN: a maior crise humanitária do mundo. **Centro Regional de Informações para a Europa Ocidental**, 2021. Disponível em: https://unric.org/pt/iemen-a-maior-crise-humanitaria-do-mundo/. Acesso em mai. de 2022.

LOVEMAN, Chris. Assessing the phenomenon of proxy intervention. **Conflict,**

MEEHAN, Bernadette. Statement by NSC Spokesperson Bernadette Meehan on the Situation in Yemen. **Office of the Press Secretary**, 2015. Disponível em: https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:z3Lz4dmCy3gJ:https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2015/03/25/statement-nsc-spokesperson-bernadette-meehan-situation-yemen+&cd=1&hl=en&ct=clnk&gl=uk. Acesso em maio. de 2022.

PRESIDENTE do Iêmen entrega governo a aliança anti-rebeldes em meio a negociações de paz. **Folha de São Paulo**, 2022. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/04/presidente-do-iemen-entrega-governo-a-alianca-anti-rebeldes-em-meio-a-negociacoes-de-paz.shtml. Acesso em maio. de 2022.

SAIBA quem são os hutis, os rebeldes que derrubaram o governo do Iêmen. **BBC News Brasil**, 2015. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/01/150123_huties_rebeldes_saudita_fn. Acesso em jun. de 2022.

SALEM, Mostafa; KOLIRIN, Lianne. Coalizão liderada pela Arábia Saudita concorda com trégua no Iêmen. **CNN Brasil**, 2022. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/coalizao-liderada-pela-arabia-saudita-concorda-em-tregua-no-iemen/. Acesso em maio. de 2022.

Security & Development, v. 2, n. 03, p. 29-48, 2002.

SIPRI YEARBOOK. International arms transfers and arms production. **SIPRI**, 2015. Disponível em: https://www.sipri.org/yearbook/2015/10. Acesso em jun. de 2022.

UN NEWS. Yemen war now ‘chronic emergency’ as million face hunger. **UN News**, 2022. Disponível em: https://news.un.org/en/story/2022/03/1114002. Acesso em jun. de 2022.

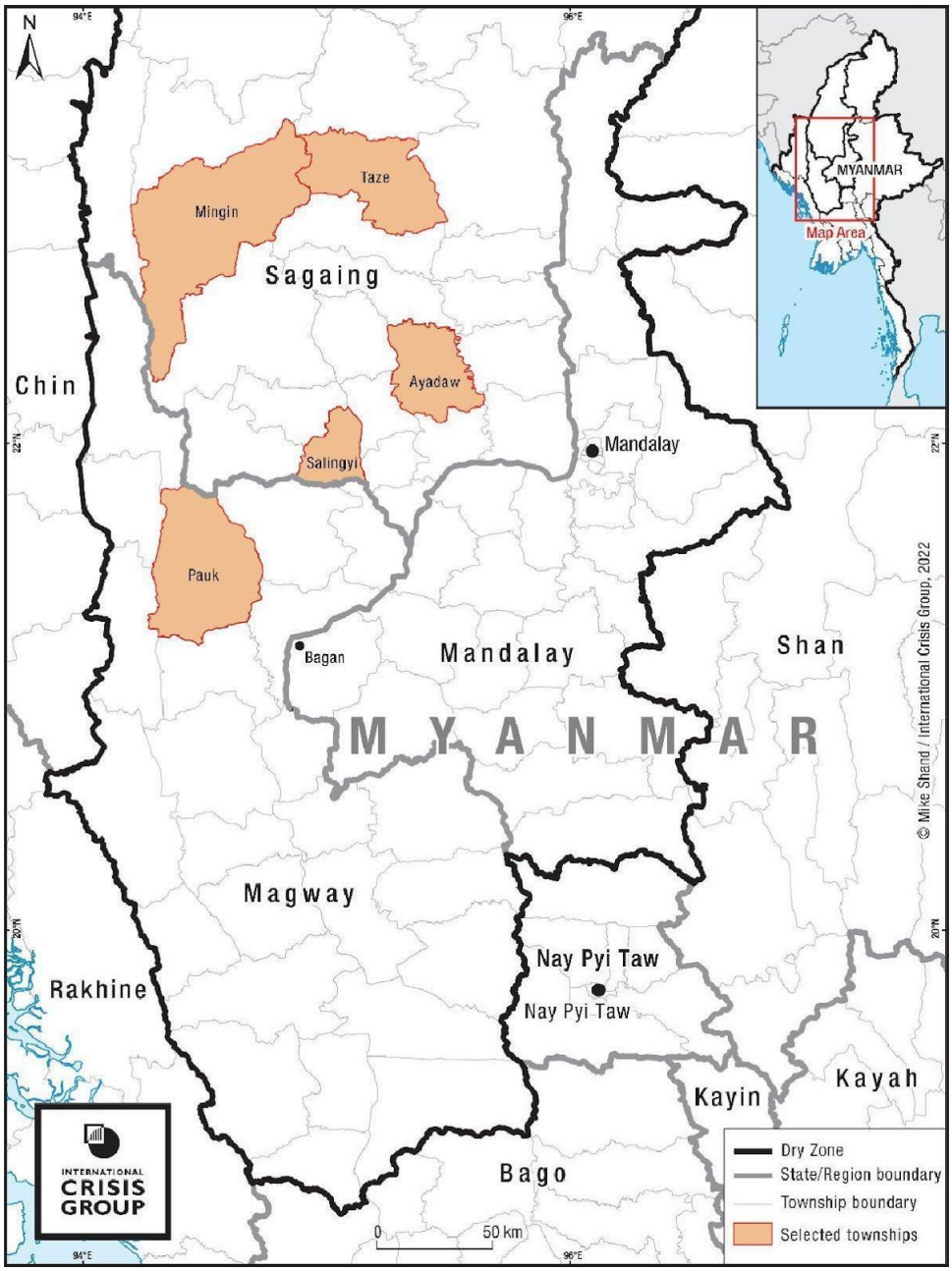
WFP. Yemen. **World Food Program**, 2022. Disponível em: https://www.wfp.org/countries/Yemen?utm_source=bing&utm_medium=cpc&utm_campaign=419136823&utm_content=1279831955767506&gclid=2ee842afcbc616b3b1b82009d8941d7b&gclsrc=3p.ds&msclkid=2ee842afcbc616b3b1b82009d8941d7b. Acesso em jun. de 2022.

YEMEN DATA PROJECT. Disponível em: https://yemendataproject.org/. Acesso em jun. de 2022.

ANEXO A – MAPA DE MIANMAR

Fonte: International Crisis Group (2022a, p. 16).

ANEXO B – MAPA DA "ZONA SECA" ("*DRY ZONE*")



Fonte: International Crisis Group (2022a, p. 17).

CONHEÇA OS OUTROS PRODUTOS DO GEDES:

Observatório de Política Exterior (OPEx):
Projeto interinstitucional dedicado à produção de informes e análises sobre a Política Exterior de Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela, com base em reportagens veiculadas em jornais de grande circulação nos respectivos países.
Saiba mais: https://gedes-unesp.org/observatorio-de-politica-exterior/

Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas:
Projeto interinstitucional dedicado à produção de informes e análises sobre Defesa e Forças Armadas de países da América do Sul, com base em reportagens veiculadas em jornais de grande circulação.
Saiba mais: https://gedes-unesp.org/observatorio-sul-americano-defesa-forcas-armadas/

Grupo de Elaboração de Cenários Prospectivos:
Projeto dedicado ao estudo e aplicação de metodologias de elaboração de cenários prospectivos objetivando contribuir na divulgação de informações e perspectivas de cenários futuros, bem como fornecer subsídios para a tomada de decisões.
Saiba mais: https://gedes-unesp.org/cenarios-prospectivos/

ERIS:
Espaço aberto aos acadêmicos e especialistas para a publicação, em fluxo contínuo, de artigos e reflexões sobre temas de Defesa e Segurança Internacional.
Saiba mais: https://gedes-unesp.org/eris/

Atlas de Defesa Sul-Americana:
Desenvolvida no âmbito do Pró-Estratégia e Pró-Defesa 3, a plataforma online sistematiza dados sobre dimensões relevantes para informação e pesquisas em Defesa e Segurança Internacional sobre a América do Sul.
Saiba mais: https://gedes-unesp.org/atlas/

Rede Nacional de Estudos Estratégicos:
Espaço que reúne os produtos de Centros de Estudos Estratégicos civis e militares em pesquisa de ponta, bem como reflexões teóricas e metodológicas nas áreas de Paz, Defesa, Estratégia e Segurança Internacional.
Saiba mais: http://apps.unesp.br/renee/br/

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais 'San Tiago Dantas'

(Unesp, Unicamp, PUC-SP)

Praça da Sé, 108 - 3º Andar - Sé - São Paulo - SP - CEP: 01001-900
Telefone: (11) 3116-1770 / (11) 3116-1780

Site: www.santiagodantas-ppgri.org

E-mail: relinter@unesp.br

GEDES
GRUPO DE ESTUDOS DE DEFESA E SEGURANÇA INTERNACIONAL

Observatório de Conflitos